



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

EVILYN OLIVEIRA MERLO

A ELABORAÇÃO DE ARRANJO EM ARQUIVOS PESSOAIS:
Um estudo de caso da organização do acervo de Olavo Bilac
na Academia Brasileira de Letras.

Rio de Janeiro

2018

EVILYN OLIVEIRA MERLO

A ELABORAÇÃO DE ARRANJO EM ARQUIVOS PESSOAIS:
Um estudo de caso da organização do acervo de Olavo Bilac
na Academia Brasileira de Letras.

Trabalho de conclusão de cursos apresentado à Escola de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia. Orientador(a): Prof. Ma. Patrícia Ladeira Penna Macêdo.

Rio de Janeiro

2018

Ficha catalográfica (verso da folha anterior)

EVILYN OLIVEIRA MERLO

A ELABORAÇÃO DE ARRANJO EM ARQUIVOS
PESSOAIS: Um estudo de caso da organização
do acervo de Olavo Bilac na Academia Brasileira
de Letras

Trabalho de conclusão de cursos apresentado à Escola
de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a)

Integrante da Banca Examinadora

Integrante da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio que recebi dos meus pais Eurlly Merlo e Vilma Alves de Oliveira Merlo, assim como meu irmão Maxmillian Alves de Oliveira Merlo. Nada desse mundo substitui ou é mais importante do que a minha família. Dentre todos os motivos que eu poderia escrever aqui, o principal é o fato de eles sempre me mostrarem que eu sou capaz e que não existem limites para realização dos meus objetivos. Eu conto com uma rede de apoio e de incentivo que poucas pessoas possuem e dou muito valor a isso, de modo que serei eternamente grata a eles por todos os sacrifícios que fizeram para que eu pudesse concluir mais uma graduação, um curso de especialização *lato sensu* e ingressar no mestrado, tudo no mesmo ano.

Além do aporte familiar, eu tenho os melhores amigos do mundo, dentre eles sem dúvida sou muito grata ao meu grande parceiro de estudos, vida, presepada e melhor amigo Edson Silva de Lima. Ele é a pessoa que me inspira, me motiva e me aconselha em todos os aspectos da minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Com certeza se tomei a decisão de encarar uma segunda graduação e concluí-la foi devido ao seu incentivo, afinal não posso morrer e ter na minha lápide o epitáfio “Ensino superior incompleto em Arquivologia”. Então, muito obrigada pelas noites que me acolheu na sua casa, por todos os quilos que engordei comendo o melhor macarrão com linguça e por todos os melhores momentos da vida que passei ao seu lado.

Aos amigos que eu fiz durante a graduação em Arquivologia, agradeço pelas festas, por todas as vezes que chegamos atrasados nas aulas devido ao compromisso alcoólico inadiável no Marcinho. Agradeço por terem me ensinado que Sampa e São Paulo é a mesma coisa, por terem tido paciência com a minha confusão e dificuldade em entender as piadas mais básicas. Minha linda, cheirosa, gostosa, amor, nenê e princesa canceriana Raquel Oliveira Melo, você é a pessoa mais incrível que conheci, tem um coração enorme e um senso de justiça inigualável. Não poderia esquecer das minhas amigas Bianca Montenegro e Camilla Leal, duas preciosidades que eu tive a oportunidade de conhecer e conviver, vocês duas tem um espaço especial no meu coração.

Agradeço, também, aos professores do curso de Arquivologia que durante os anos em que fui aluna tiveram um papel fundamental na minha formação profissional e acadêmica. À minha orientadora Patrícia Penna não tenho como agradecer por ter me dado a liberdade de escrever um trabalho autoral, por ter lido com tanta atenção e ter dado sugestões tão importantes para formulação deste trabalho. Obrigada por ter sempre ficado à disposição para atender aos meus e-mails, responder minhas dúvidas por *Facebook*, de forma rápida e sempre gentil.

Como deixar de falar do Arquivo Múcio Leão? Impossível. Meus sinceros agradecimentos pelos dois maravilhosos anos que eu passei com vocês como estagiária. Muito obrigada Juliana Amorim, sem você nada disso teria acontecido, você abriu as portas da Academia para mim e aproveitei todas as oportunidades de aprendizado ao seu lado. Você se tornou muito mais do que uma chefe, é uma amiga muito querida que eu levo para a minha vida, ainda bem que o universo nos deu uma segunda chance. Maria Oliveira, chefe do Arquivo Múcio Leão, lembro até hoje o medo que eu sentia de falar qualquer coisa perto de você, mal sabia eu que estava diante de uma das mais competentes arquivistas que conheço. Ana Renata, um doce de pessoa e sempre muito carinhosa, obrigada pela paciência. Cátia, muito obrigada pela força, pelo companheirismo, pela amizade. Ao Sr. Paulino agradeço por ser tão gentil e sincero (continuo com cara de sono rs). Agradeço, especialmente, as minhas Band's preferidas, a poderosíssima doutoranda Michele Samuel e minha cunha maravideusa Natali Gama, amo vocês.

Por fim, agradeço também ao meu namorado Lucas dos Santos Guimarães. Vida, você é especial e não tem como não ser grata por todas as vezes que você me cobrou esse tcc finalizado, pelas vezes que aturou meu mau humor e impaciência, minhas reclamações. Muito obrigada por fazer parte deste processo.

RESUMO

MERLO, Evilyn Oliveira. **A ELABORAÇÃO DE ARRANJO EM ARQUIVOS PESSOAIS:** Um estudo de caso da organização do acervo de Olavo Bilac na Academia Brasileira de Letras. 2018. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Este trabalho insere-se no escopo das discussões bibliográficas do campo da Arquivologia, especificamente, ao tratar dos desafios enfrentados por arquivistas ao se deparar com a necessidade de propor uma organização para arquivos pessoais e, conseqüentemente, a elaboração de um sistema de arranjo. Para cumprir nossos objetivos de pesquisa, análise e reflexão sobre o tema, utilizamos como objeto o meu relato de experiência enquanto estagiária do Arquivo Múcio Leão, na Academia Brasileira de Letras, na organização do acervo do acadêmico Olavo Bilac. Portanto, buscamos ao longo do trabalho, num primeiro momento, fazer uma breve apresentação a respeito da Instituição, compreendendo os processos que envolvem a formação do Arquivo e seu acervo, bem como os acervos dos acadêmicos. Desenvolvemos uma discussão teórica a partir da bibliografia de referência com objetivo de apreender as definições de arquivos pessoais, debruçando-nos sobre as questões relativas a fundos e coleções documentais. Além disso, através da análise de caso buscamos perceber como, empiricamente, atendemos as demandas específicas de organização advindas das características presentes nos arquivos pessoais, principalmente, ao se tratar da proposta de arranjo para um acervo pessoal.

Palavras-Chave: Arquivos Pessoais; Sistema de Arranjo; Academia Brasileira de Letras.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1: A Academia Brasileira de Letras.....	14
1.1- Conhecendo a História da Academia Brasileira de Letras.....	14
1.2 - O Arquivo da Academia Brasileira de Letras.	17
1.3 - A formação do arquivo dos acadêmicos.	20
Capítulo 2: O Arquivo dos Acadêmicos- organização do Arquivo de Olavo Bilac.	24
2.1 - Quem foi Olavo Bilac?	24
2.2 - O recolhimento do Arquivo de Olavo Bilac e as discussões em torno dos Arquivos Pessoais.	26
2.3 - As etapas do processo de organização do Arquivo de Olavo Bilac e seu panorama atual.....	33
Capítulo 3: Elaboração de um Sistema de Arranjo em Arquivo Pessoal.....	38
3.1 - O que é um Sistema de Arranjo?	38
3.2 - Desafios e especificidades na elaboração de Arranjo em Arquivo Pessoal.	41
3.3- O Sistema de Arranjo do Arquivo de Olavo Bilac e a metodologia adotada no Arquivo da Academia Brasileira de Letras.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca através de um exercício empírico observar como é desenvolvido um sistema de arranjo em arquivos pessoais. Para tanto, analisaremos o tratamento arquivístico dado ao arquivo de Olavo Bilac, acadêmico da Academia Brasileira de Letras, que foi elaborado por mim enquanto estagiária da Instituição no Arquivo Múcio Leão. O estudo e o registro desta atividade é importante na medida em que a bibliografia arquivística é deficiente e não encontramos referencial teórico e metodológico específico para a elaboração de arranjo em arquivos pessoais. Neste sentido, o tratamento documental em arquivos pessoais apresentam-se como um desafio para o arquivista, uma vez que as discussões e produções sobre o tema são recentes na academia possuindo lacunas que estamos nos empenhando para solucioná-las.

Para situar nosso leitor acerca do nosso objeto, faz-se necessário uma breve apresentação a respeito da Academia Brasileira de Letras bem como o Arquivo Múcio Leão, onde foram desenvolvidas as atividades arquivísticas que serão analisadas ao longo do nosso trabalho de conclusão de curso.

A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 20 de junho de 1897, seguiu os modelos da Academia Francesa de Letras, sendo composta por “40 cadeiras”, mas no caso brasileiro a escolha dos patronos foi realizada pelos primeiros acadêmicos, a escolha foi pautada na importância destes homens na história literária do país, como destaca Juliana Amorim de Souza (2015). Vale ressaltar, que a criação do Arquivo da Academia Brasileira de Letras é marcada por dois momentos fundamentais, ou seja, da época da fundação da Casa quando é observado nas sessões preparatórias e nas atas a expressão “Archive-se!”, o segundo momento é caracterizado pelo interesse em salvaguardar os documentos.

Nosso objetivo, está em compreender como as mudanças implementadas no ano de 1997, ano do centenário da Academia, modificaram o formato e a estrutura do arquivo, bem como influem diretamente no tratamento arquivístico que é utilizado nos acervos da Instituição. Para a realização destas melhorias no arquivo foi contratado o arquivista/conservador Sérgio Conde Albite da Silva para prestar consultoria, que através de suas pesquisas identificou que o arquivo da Academia era composto por documentos que foram acumulados e tratados sem estar alinhados aos critérios arquivísticos. Diante daquela conjuntura, foi necessário estabelecer um plano de trabalho que desse conta de organizar a

documentação e os procedimentos a serem adotados a partir das orientações específicas da Arquivologia.

Devido às características da Casa, o arquivo passou a ser dividido por duas linhas de acervo o arquivo dos acadêmicos e o arquivo institucional. Como os nossos objetos encontram-se no Arquivo dos Acadêmicos é importante identificar como estes acervos passaram a fazer parte do conjunto documental disposto no arquivo. Percebemos que num primeiro momento a acumulação e/ou doação da documentação era feito de forma espontânea pelos acadêmicos, mas após as reformulações propostas por Sérgio Albite foram estabelecidos alguns critérios:

Para constituir o arquivo dos acadêmicos, e ter condições mínimas para um atendimento mais homogêneo aos pesquisadores que recorreriam ao Arquivo dos Acadêmicos, o consultor sugeriu que cada acadêmico enviasse, senão seus arquivos acumulados pessoalmente e guardados em casa, pelo menos os originais com uma fotografia de fardão, o discurso de posse e o discurso com a saudação feita e/ou recebida.” (AMORIM DE SOUZA, Juliana, 2015,p16)

A arquivista Juliana Amorim (2015) nos alerta no sentido de observar que até final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os documentos que faziam parte do arquivo não recebiam o tratamento arquivístico adequado, o que só vai ser concluído com a finalização do processo de revitalização do Arquivo seguindo até hoje, salvo as alterações necessárias, às normatizações e padrões estabelecidos nesse processo.

Portanto, analisaremos o arquivo de Olavo Bilac fundador da Academia Brasileira de Letras e literato que exercia funções e atividades que iam além das questões relativas à literatura nacional. Influenciando não apenas no campo da literatura, mas também a política brasileira uma vez que sua rede de sociabilidade era extensa e que rompia os limites da Academia. Vale identificar que o arquivo de Olavo Bilac é constituído por uma coleção documental, mas mesmo assim são organizados a partir dos critérios arquivísticos encontrados na bibliografia recente, principalmente, pela metodologia elaborada pelo arquivo da Academia Brasileira de Letras para tratar das especificidades dos seus acervos.

A metodologia utilizada para a realização das nossas investigações ancora-se num estudo de caso, onde a partir da descrição das atividades que foram desenvolvidas na organização do arquivo de Olavo Bilac, no Arquivo Múcio Leão, será possível verticalizar e tornar mais palatável nossas análises acerca do processo que envolve a arranjo intelectual em arquivo pessoal.

O Arquivo Múcio Leão dispõe de uma normativa interna que determina quais serão os critérios estabelecidos para organização dos arquivos dos acadêmicos, elaborado no ano de 2002 por Sérgio Albite. É importante destacar que a “Metodologia Arquivística do Arquivo

dos Acadêmicos”, apresenta-se como um respaldo para a atuação da equipe do Arquivo da instituição, uma vez que apresenta de forma detalhada o planejamento bem como as referências arquivísticas que são utilizadas na orientação nas tomadas de decisão, indicando também quais são os procedimentos indicados para o tratamento do Arquivo dos Acadêmicos.

Segundo Sérgio Albite (2002), a compreensão do arquivo dos acadêmicos deve levar em consideração as duas divisões fundamentais encontradas nestes arquivos, ou seja, os documentos podem ser identificados como parte de um **fundo** e/ ou **coleção de documentos**. O autor apresenta uma distinção básica no contexto dos acervos que compõem o Arquivo da Academia, desta forma identifica que os **fundos** são formados por um conjunto de documentos que foram produzidos e/ou acumulados pelo titular no decorrer da sua vida, seja no exercício de suas funções na Academia, assim como as atividades exercidas fora deste contexto. A **coleção**, por sua vez, é caracterizada pelos documentos que foram acumulados e reunidos pela Academia Brasileira de Letras, pelos seus familiares e correlatos, que tratam de assuntos ou aspectos relativos ao acadêmico titular do arquivo.

No que se refere à aplicabilidade dos critérios e tratamento do acervo determinado pela Metodologia, podemos afirmar que nosso trabalho é realizado baseado nas etapas que são determinadas pelo mesmo. Assim, ao trabalhar com o acervo de Olavo Bilac, nossas atividades iniciam-se a partir de uma pesquisa sobre o acadêmico titular onde buscamos ter informações que nos ajudam a mapear e conhecer sua vida pessoal, profissional e acadêmica, assim como o reconhecimento das referências de acumulação dos documentos feita pelo titular, Academia ou pelo proprietário original; levantamento da documentação que encontramos no fundo ou coleção identificando as tipologias, o teor dos conteúdos e as informações contidas; identificação se trata-se de um **fundo** ou de uma **coleção**; por fim o arranjo documental.

Como nosso objetivo é analisar o processo de elaboração do arranjo, é necessário descrever como o Arquivo Múcio Leão, a partir da sua metodologia, compreende o processo de elaboração do arranjo:

Arranjo- depois de estabelecida a divisão de fundo e coleção, os documentos deverão ser agrupados, tanto no fundo como na coleção, em séries e subséries, definidas, originalmente, pelo titular do arquivo, ou, se não houver essa definição original, por critérios que agrupem documentos de mesma natureza, função, atividade, propósito, conteúdo/assunto e ou espécie/tipologia documental. (ABL, p. 5, 2002)

Sendo assim, através da análise do arranjo elaborado no arquivo do acadêmico Olavo Bilac pretendemos perceber quais foram os critérios utilizados para a organização da

documentação, a partir das particularidades encontradas no acervo, já que o processo de acumulação e produção dos documentos que constituem o arquivo deste acadêmico é resultado da intencionalidade da Academia no sentido de organizar um arquivo sobre cada acadêmico, constituindo assim um arquivo pessoal de Olavo Bilac.

É importante destacar que a aproximação entre a História e a Sociologia, respeitando os devidos rigores metodológicos das disciplinas, permitem uma análise voltada para a individualidade do sujeito, sua subjetividade, bem como sua rede de sociabilidade, alcançando desta maneira o que há de mais íntimo na sociedade rompendo com as narrativas globalizantes dos anos 60 e 70. Assim, segundo Ângela de Castro Gomes, podemos identificar o *boom* dos arquivos privados com a valorização dos sujeitos nas narrativas históricas.

As transformações observadas na narrativa histórica influem numa mudança de metodologia e, sobretudo, de fontes. É a partir destas questões que os Arquivos passam a ser observados através de novos olhares, o que apresenta-se como um desafio para o campo dos arquivos permanentes e da Arquivologia. Inicia-se neste contexto uma discussão acadêmica acerca dos arquivos pessoais e uma disputa entre os autores ao defenderem e reconhecerem, ou não, os arquivos pessoais como arquivos. Faz-se necessário, neste sentido, identificar o que são os arquivos pessoais, quais suas características e como eles são pensados e examinados pela bibliografia arquivística.

O *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1973), um dos principais referenciais teóricos da nossa área reconhece que os Arquivos são compostos apenas por documentos produzidos e ou acumulados pela Administração Pública, neste sentido não dispõem de discussões que abarcam as características dos arquivos pessoais, sendo assim:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (Manual dos Arquivistas Holandeses, 1973, p.11)

Podemos compreender que a ausência de discussões sobre os arquivos pessoais e não reconhecimento enquanto arquivo estava ligado não só a falta de uma bibliografia de referência sobre o tema, mas em muitos casos seus argumentos sustentam-se exatamente pelos manuais existentes e que defendem que os documentos devem possuir características específicas para terem reconhecimento.

Observamos, neste contexto, a defesa feita por Camargo (2007) e Cook (1998) ambos reconhecendo que as distinções feitas entre arquivos públicos e arquivos pessoais, colocaram

os segundos como a margem das produções oficiais. Entretanto, os autores defendem que os documentos produzidos e acumulados por um indivíduo podem ser considerados arquivos *stricto sensu*, uma vez que refletem as atividades que foram exercidas pelos mesmos ao longo de sua vida.

Segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2007), os arquivos pessoais são formados por documentos que foram produzidos e/ou recebidos por um indivíduo referentes ao exercício de suas atividades, sejam elas públicas ou privadas, que uma vez preservados formam um conjunto capaz de representar seu testemunho. Neste sentido, estes documentos podem ser abertos para consulta pública ou não após a morte do sujeito. É importante destacar, que esse processo de acumulação documental não é realizado apenas de forma espontânea, ou seja, a partir do desejo do indivíduo de guardar seus registros documentais.

As questões que envolvem a guarda e acumulação dos documentos identificados como pessoais passam, também, pelo crivo de uma necessidade e imposição social na medida em que determinados documentos são imprescindíveis para comprovação e demanda de direitos. Esta observação é realizada por Phillipe Artières (1998), que identifica “Temos assim, que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O anormal é o sem-papéis” (ARTIÉRES, 1998, p. 10). Isso significa, que documentos como certidão de nascimento, RG, certidão de casamento etc tem como função primordial a prova e o reconhecimento, em alguns casos jurídicos, de sua existência e realização de atividades. Por outro lado, para Paulo Roberto Elian dos Santos, os documentos pessoais são criados e acumulados “com uma finalidade histórica e cultural inicial, mas são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida e adquirem ‘valor’ testemunhal por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu significado social e cultural.” (SANTOS, 2012, p.21)

Luciana Heymann (2010) observa que este olhar antropológico sobre os arquivos pessoais nos permitem compreender o contexto em que a documentação foi acumulada e quais são os interesses ou causas que levam o indivíduo a tal exercício de acumulação e seleção. Sendo assim, a análise desloca-se do conjunto documental para uma perspectiva histórico-social onde o pesquisador seria capaz de identificar e observar as relações que se estabelecem entre arquivamento e a construção de uma imagem de si que o sujeito projeta através dos seus documentos.

Para atender aos objetivos elencados no começo de nossas reflexões optamos por dividir o trabalho em três capítulos, essa separação por temas e subtítulos foi pensada de

modo a podermos explorar melhor cada item que julgamos necessário refletir para compreender a questão do arquivo pessoal, sobretudo, a partir das demandas advindas do Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

No primeiro capítulo, nos propomos a fazer uma breve apresentação sobre a história da Academia Brasileira de Letras para situar o nosso leitor no contexto institucional na qual as nossas análises serão realizadas. Além disso, discorreremos sobre como foi o processo de consolidação do Arquivo na instituição, as características que marcaram sua criação e mais tarde reformulação. Ao final do capítulo, nos debruçamos sobre as mudanças que ocorreram na organização interna e na metodologia utilizada pelo setor de Arquivo, a partir das mudanças realizadas no ano de 1997, quando houve um projeto de revitalização coordenado pelo arquivista/conservador Sergio Conde Albite.

Nos preocupamos no capítulo dois em expor uma breve biografia sobre o acadêmico que dá nome ao arquivo que vamos analisar. Nesse sentido, apresentamos de forma sucinta a vida e a obra de Olavo Bilac buscando demonstrar as atividades realizadas pelo literato que impulsionaram sua participação no grupo de intelectuais que fundaram a Academia Brasileira de Letras. Analisamos, também, a formação do arquivo de Olavo Bilac e as discussões que giram em torno das questões relativas a arquivos pessoais e encerramos o capítulo refletindo sobre as etapas cumpridas na organização do arquivo de Olavo Bilac e o panorama em que se encontra tal acervo.

Por fim, no capítulo três, buscamos discutir e refletir sobre como a bibliografia arquivística compreende um sistema de arranjo para tentar apreender de que maneira podemos pensar e a sua elaboração nos arquivos pessoais. Após a análise teórica partimos para a análise empírica através da observação do processo de elaboração do Arranjo no arquivo de Olavo Bilac, destacando quais são os desafios enfrentados ao longo desta atividade e identificando quais foram os caminhos e métodos desenvolvidos pelos arquivistas da instituição para a finalização da organização do arquivo e a criação do seu arranjo.

Capítulo 1: A Academia Brasileira de Letras.

1.1- Conhecendo a História da Academia Brasileira de Letras.

Para compreender como se forma o arquivo dos acadêmicos na Academia Brasileira de Letras, faz-se necessário um recuo temporal nas nossas análises que remontam ao seu período de criação. Este exercício de retrospectiva permitirá que nosso leitor se familiarize com a História da Instituição entendendo sua importância histórica não só no que tange à literatura brasileira, mas também, o papel fundamental que seus membros acadêmicos possuem na história nacional e, conseqüentemente, seus arquivos como fontes de pesquisa indispensáveis para o estudo dos intelectuais e da literatura no Brasil.

Nosso objetivo será, portanto, apresentar um breve panorama sobre o momento de fundação da Academia apresentando os marcos fundamentais deste processo e assim percorrendo também um pouco do período de transição do Império para os anos iniciais da consolidação da República brasileira. Desta forma, é importante destacar o papel da *Revista Brasileira*¹ na medida em que seu editorial era composto pelos mais elevados e reconhecidos homens das letras, o que favorecia as relações não só profissionais no que se refere à publicação das edições da revista, como um espaço de diálogo e circulação de ideias entre os intelectuais que mais tarde viriam a compor as cadeiras de membros fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Tendo surgido em 1855, a revista tinha um histórico de intermitências. Sua segunda fase dura de 1857 a 1860; a terceira, de 1879 a 1881; e, em 1895, acabava de ser reinaugurada. Editorialmente, contudo, a revista era forte. Tolerante com as diversas tendências da mentalidade da época, contrária ao espírito panfletário da maior parte da imprensa, ela conseguiria reunir um grupo de colaboradores extremamente talentosos, abrindo os horizontes ao debate intelectual. Seus estudos e ensaios cobriam, mensalmente, a movimentação cultural e científica, bem como o noticiário político-econômico, do Brasil e do Mundo. (LACERDA, 2007, p.9-10)

Assim, como podemos perceber, a *Revista Brasileira* era um espaço de circulação dos mais importantes homens das letras no período o que favorecia a aproximação entre os intelectuais da época e, conseqüentemente, a troca de ideias e interesses acerca da possível fundação de uma Academia de Letras. A revista tinha como colaboradores e idealizadores Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Graça Aranha,

¹ *Revista Brasileira* foi uma revista criada em 14 de julho de 1855 e que atualmente funciona como *Revista da Academia Brasileira de Letras*. É possível acessar os registros da *Revista Brasileira* no site da Academia Brasileira de Letras. Além disso, uma coleção completa da *Revista Brasileira* encontra-se no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, que organizou e publicou o *Índice da Revista Brasileira* das seis primeiras fases, e uma coleção microfilmada está disponível na Divisão de Informação e Documentação da Biblioteca Nacional.

Medeiros de Albuquerque, Olavo Bilac, entre outros, que anos depois compuseram o corpo de membros fundadores da Academia Brasileira de Letras.

O primeiro projeto republicano de uma Academia de Letras havia sido pensado por Medeiros de Albuquerque, enquanto encarregado da diretoria da Instrução Pública que era subordinada ao Ministério do Interior, no governo de Campos Sales. Este cenário ao mesmo tempo em que era favorável a criação da Academia, visto a aproximação de Medeiros com o governo, não foi possível de ser implementada devido à saída de Aristides Lobo do Ministério e a saída de Medeiros Albuquerque da Secretaria, adiando desta forma o sonho de fundação da Academia financiada pelo Estado.

Lúcio de Mendonça, anos depois, retoma o projeto de fundação da Academia influenciado pelos intelectuais membros da *Revista Brasileira*. Ao resgatar o modelo proposto por Medeiros Albuquerque, ou seja, uma Academia de Letras alinhada ao governo republicano, um problema de ordem política surgiu em cena uma vez que muitos intelectuais eram simpatizantes da extinta monarquia brasileira. Com isto, só era possível à fundação de uma academia em que as diferenças políticas entre seus membros fossem aceitas.

Não foram poucas as ressalvas e contrapontos que estiveram presentes nos debates que antecederam a fundação da Academia; de um lado era possível observar intelectuais que acreditavam na sua criação como um espaço de legitimação da profissão de escritores, bem como importante para diminuir os números alarmantes de analfabetismo no país; por outro lado havia os que defendiam que este projeto atendia apenas aos interesses elitistas. Nesse sentido, foi diante destes embates políticos e das discussões em torno dos moldes que a Academia assumiria que foram se delineando os caminhos e as bases da sua formação.

Mais uma vez entra em cena a *Revista Brasileira*, como observa Rodrigo Lacerda (2007) “para permitir a convivência entre diferentes, as arestas tinham que ser aparadas. Era preciso seguir o modelo apartidário da *Revista Brasileira*”. É com Machado de Assis que identificamos um aprimoramento do projeto criado por Lúcio de Mendonça, desta forma dando início ao projeto que fora implementado em 1897 com a fundação oficial da Academia Brasileira de Letras.

Segundo Néliida Piñon:

Despertaram eles, em homens como Machado e Nabuco, a certeza de estar o Brasil desse final do século XIX pronto para o espetáculo da arte, para a quimera da reflexão, para o convívio das academias, cujo destino de confraternização tantos buscaram, quem sabe mesmo desde os tempos homéricos dos aedos, esses enigmáticos poetas da memória. Uma Academia que, a partir da sua formação, naquele ano, e até nossos dias, deixou transparecer, em diversas instâncias, seu vigoroso propósito de devotar-se à intransigente defesa da língua portuguesa, à unidade literária do Brasil. (PIÑON, 1997, p.8).

A fundação da Academia foi antecedida por *Sessões Preparatórias*, reuniões que aconteciam na sede da *Revista Brasileira*, na Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, onde se reuniam os intelectuais e literatos. Foram realizadas ao todo sete reuniões, onde eram redigidos e aprovados os estatutos, bem como o projeto de regimento interno da Academia. Em sua primeira sessão em 15 de dezembro de 1896, foi eleita a primeira diretoria da Academia, onde Machado de Assis foi eleito presidente. Como podemos observar:

Tais reuniões preparatórias se estendem até o dia 28 de janeiro de 1897 e, em 20 de julho do mesmo ano, é realizada, numa sala do *Pedagogium*, na Rua do Passeio, a sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras. Na ocasião, o Presidente Machado de Assis fez um breve discurso, Rodrigo Octávio, primeiro-secretário, leu a memória histórica dos atos preparatórios, e Joaquim Nabuco, secretário-geral, pronunciou o discurso inaugural. (OLIVEIRA, 2009, p. 15)

Fundada em 20 de julho de 1897, a Academia Brasileira de Letras seguiu as influências francesas, inspirando-se desta forma na Academia Francesa de Letras. Uma característica importante era o fato de a Academia Francesa aceitar como membros não apenas homens de letras, mas também homens que possuíam prestígio em outras esferas da sociedade seja política, cultural, social etc. Com isto, grandes nomes que não estavam diretamente ligados ao universo literário passaram a ser recebidos na Academia Brasileira de Letras.

A partir do regimento aprovado nas *Sessões Preparatórias*, a Academia Brasileira de Letras passou a ser composta por 40 membros fundadores, estes por sua vez escolhiam um patrono para suas cadeiras. Desta forma, as cadeiras eram numeradas em ordem alfabética de acordo com o nome do patrono escolhido pelo fundador, por exemplo, Machado de Assis escolheu como patrono de sua cadeira José de Alencar passando a ocupar a cadeira número 23 da Academia. Além disso, a Academia contava também com 20 sócios correspondentes estrangeiros, escolhidos por meio de escrutínio secreto.

Como a Academia Brasileira de Letras estava inserida no contexto de formação da identidade nacional republicana, formou-se logo após sua fundação uma comissão com Acadêmicos que definiriam quais seriam as armas e os brasões ostentados pelos membros da Academia, que além de representar a identidade da instituição estaria em consonância com a identidade brasileira. Por conta das discordâncias das propostas apresentadas, apenas em 1923 foi definido o emblema da Academia que é até hoje utilizado como *ex-libris*, composto por uma coroa de louros, formada por dois ramos presos por um laço e o dístico *Ad Immortalitatem*.

Já o fardão que é utilizado pelos acadêmicos em cerimônias formais e comemorativas de posse foi desenhado em 1910. O modelo inspirado na farda dos embaixadores brasileiros em verde escuro, com uma folha de murta como emblema, passando a compor em 1923 bordados em forma de louros, a espada e o bicórneo de veludo preto com plumas brancas. Assim estava formada a indumentária que identificava e diferenciava os chamados imortais da Academia Brasileira de Letras dos outros escritores.

1.2 - O Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Como podemos identificar a Academia Brasileira de Letras tem como objetivo desde a sua fundação legitimar e reforçar sua importância enquanto uma Instituição de letras brasileira, para tanto muitas foram às estratégias memorialísticas adotadas por seus membros no sentido de firmar perante a sociedade sua importância e tradição. Seja através da criação de monumentos, bustos ou máscaras mortuárias foi grande o empenho de seus membros para criação de um verdadeiro museu dos acadêmicos.

Com Mário de Alencar, em 1910, percebemos uma preocupação em documentar a trajetória dos acadêmicos, foi organizado assim um grande acervo contendo fotos, manuscritos, objetos que haviam pertencido aos membros da Academia. Segundo Juliana Souza:

O arquivo e a biblioteca, embora precários, já reuniam algumas cartas e inúmeros livros. Além desses documentos, Mário de Alencar desejava expor os objetos de uso pessoal de seus companheiros de ofício para que pudessem ser admirados pelo público. A ABL, mesmo sem a antiguidade das instituições europeias, seria um museu das imagens do que foi ou serviu ao trabalho dos escritores. Esses objetivos seriam contemplados, resgatando na memória dos espectadores o passado de cada um dos acadêmicos falecidos, servindo de ligação entre o visível e o invisível. (SOUZA, 2015, p.23).

Com isto, podemos identificar que já se encontrava em fase de construção um acervo documental, ainda que não intencional, mas que mais tarde comporia o acervo disponível na Academia. No entanto, segundo Juliana Souza (2015) a constituição do Arquivo da Academia Brasileira de Letras é marcado por dois momentos cruciais, ou seja, um relacionado à fundação da Academia e a produção de seus documentos, quando é possível identificar nas atas a expressão “Archive-se²”, outro diretamente ligado ao momento de reorganização institucional do Arquivo marcado pelo centenário da Academia Brasileira de Letras em 1997.

² A primeira vez em que a expressão “Archive-se” é registrada em um documento oficial da Academia Brasileira de Letras, foi em carta assinada por Tristão de Alencar Araripe Junior para Machado de Assis, em 22/12/1896. Onde na parte superior à direita do documento é possível encontrar a expressão escrita manualmente e a data 23/12/1896 contando com a assinatura de Machado de Assis. Fonte: Arquivo Machado de Assis, ABL.

Através de uma pesquisa nas atas das sessões da Academia, é possível identificar documentos que possuíam em seu conteúdo a ordem de arquivamento. Este fato é interessante porque demonstra que haveria possivelmente um setor ou mesmo um lugar destinado a guarda dos documentos identificados pelos acadêmicos como importantes. Apenas no ano de 1926, na sessão de 9 de dezembro, é possível sugerir a preocupação em ter um profissional a frente da organização destes documentos, através da proposta de Constâncio Alves da criação de um cargo de arquivista.³

A proposta de criação de um cargo de “arquivista” feita por Constâncio Alves não foi aceita na ocasião. Apenas em 1943 foi possível identificar uma maior preocupação em garantir a organização dos arquivos produzidos, através do projeto de reforma do Regimento da Academia Brasileira apresentado por Múcio Leão.

O projeto de Reforma do Regimento foi aprovado, por unanimidade, na sessão de 23 de dezembro de 1943. Nesta sessão deveria ser eleito o primeiro Diretor do Arquivo, mas por sugestão de Pedro Calmon, o recém-eleito presidente da ABL, o acadêmico Múcio Leão, acumulou a Presidência da instituição e a diretoria da “primeira fase de organização” do Arquivo da ABL. (SOUZA, 2015, p.29)

A preocupação apresentada por Múcio Leão em organizar um setor específico de arquivo, demonstra o reconhecimento desta documentação como fundamental para a construção da história da Academia, bem como a possibilidade de se criar um acervo capaz de espelhar a importância dos seus acadêmicos.

O Arquivo seria então um investimento estratégico para alcançar tal objetivo, já que uma das ferramentas utilizadas para a ABL assumir o lugar de memória dar-se-ia através da guarda dos registros e “reliquias” capazes de conferir legitimidade ao “templo das letras”, servindo ao mesmo tempo para a constituição da imortalidade dos membros da Casa, e como fonte histórica para a sociedade, onde a necessidade de recordações é também uma necessidade de história. (SOUZA, 2015, p.32)

No ano de 1997, ano de comemoração do centenário da Academia Brasileira de Letras houve uma preocupação por parte da diretoria em promover uma revitalização no Arquivo, uma vez que o mesmo passou a ser aberto e frequentado por um número maior de pesquisadores. Foi através do apoio da acadêmica Nélide Piñon, que ocupava o cargo de presidente na época, que as mudanças no arquivo foram implementadas, impulsionados pela criação de visitas guiadas, mesas-redondas, exposição e a criação do Centro de Memória.

Com a implementação do projeto de revitalização do Arquivo, foi contratado um arquivista/conservador Sérgio Conde de Albite Silva, que ficou encarregado de fazer o

³ Ata da sessão da Academia Brasileira de Letras, dia 16 de dezembro de 1943.

levantamento e diagnóstico da situação em que se encontrava o acervo guardado no Arquivo da Academia. Nessa fase de identificação e reconhecimento do acervo foi possível especificar que grande parte da documentação era composta por documentos textuais em suporte de papel, grande número de recortes de jornais e alguns documentos originais e manuscritos, bem como documentos audiovisuais e material iconográfico (SOUZA, 2015, p.35).

Ao longo dos anos, os documentos que fazem parte do acervo da Academia foram acumulados sem que houvesse nenhum tratamento arquivístico, isto se deve, como já vimos, pela falta de um setor organizado e gerido por um profissional arquivista. Neste sentido, o desafio enfrentado pela comissão responsável pela revitalização do acervo era garantir a organicidade e acesso ao mesmo. Para tanto, Sérgio Albite optou por começar o trabalho dividindo-o em duas etapas; a primeira considerada o início da elaboração de um sistema de arquivo na Academia, onde através do levantamento documental do acervo permanente foi realizado um novo sistema de arranjo, instalação de mobiliário adequado, identificação, descrição e acondicionamento dos documentos; a segunda etapa marcada pela implantação de um sistema arquivístico, identificando os arquivos correntes, intermediário e permanente.

Sendo assim, o Arquivo da Academia Brasileira de Letras teve seu acervo documental dividido em suas linhas principais: o arquivo institucional, responsável pela documentação produzida, acumulada e recebida pela instituição; e o arquivo dos acadêmicos, composto por fundos ou coleções de documentos referentes aos acadêmicos e dos patronos.

É importante destacar que houve primeiro o processo de organização dos documentos permanentes de caráter pessoal, que compunham os arquivos de cada acadêmico. Nesta etapa, foi possível perceber a enorme discrepância com relação à quantidade de documentos referentes a cada acadêmico, buscando atender melhor aos pesquisadores e a formar um arquivo mais completo o consultor Sérgio Albite sugeriu que os acadêmicos doassem para o Arquivo seus documentos acumulados ou fotografias de fardão, discurso de posse etc. O Arquivo Institucional só passou a ser pensado, efetivamente, a partir de uma gestão documental em 2000, quando já haviam sido feitas as entrevistas nos setores que fazem parte da instituição, o reconhecimento dos procedimentos, trâmites e seu fluxo documental.

Assim, como podemos ler no Regimento Interno da Academia Brasileira de Letras, no Artigo 47 do Capítulo VII, o Arquivo possui como finalidade e atribuições:

2º- Ao Arquivo Compete:

- a) Preservar e proporcionar acesso à documentação produzida, recebida e acumulada pela Academia e cada um dos Acadêmicos;
- b) Incentivar a pesquisa do seu acervo, por intermédio de eventos e publicações referentes à documentação e ao tratamento do acervo sob a custódia;

- c) Estabelecer e divulgar dados, normas, procedimentos e técnicas arquivísticas referentes ao tratamento do acervo sob custódia;
- d) Gerenciar um sistema de arquivo dinâmico, no âmbito administrativo e funcional, controlando o fluxo e a gestão de documentos. (ABL, 2004, p. 28 ⁴)

1.3 - A formação do arquivo dos acadêmicos.

O arquivo dos acadêmicos foi criado objetivando a guarda e a difusão dos documentos que compõem os arquivos privados e pessoais dos membros da Academia. Esses acervos são organizados a partir de fundos arquivísticos e/ou coleções de documentos. Isto se deve a característica de acumulação da documentação que foi recolhida ao setor de Arquivo. A instituição compreende, como coleções os conjuntos documentais que foram acumulados e reunidos pela Academia ou doados por terceiros, enquanto os fundos documentais são formados por documentos acumulados pelo próprio acadêmico e posteriormente doados à Academia.

Os arquivos dos acadêmicos foram durante muitos anos organizados no Arquivo como Acadêmicos Vivos e Acadêmicos Mortos. Esta divisão se deu por conta da falta de entendimento entre os próprios acadêmicos acerca das regras de doação de documentos, enquanto uns seguindo a linha de Mário de Alencar defendiam que a Academia não poderia estabelecer regras para as doações, havia acadêmicos como Alberto de Faria que acreditavam que os documentos a serem doados deveriam ser referentes a acadêmicos mortos. (SOUZA, 2015,p. 40)

A organização e a disposição dos conjuntos documentais no Arquivo foi elaborada por funcionários da instituição que não eram especialistas e nem conheciam as normas arquivísticas. A metodologia por eles formulada era considerada funcional e atendia apenas as demandas internas, nesse sentido, uma vez que um acadêmico morria os documentos do seu acervo eram transferidos do setor reservado ao arquivo dos acadêmicos vivos e passavam a compor a lista de arquivo dos acadêmicos mortos, dando lugar ao acadêmico que o sucederia. Este quadro só passa a ser modificado no ano de 1997, como já vimos, quando iniciou-se o projeto de revitalização do Arquivo e houve a Criação do Centro de Memória, ambos processos pensados e realizados por arquivistas especialistas.

Compreender o processo de formação do arquivo dos acadêmicos não é um exercício fácil, uma vez que, não há registro de doação de todos os acervos como observa Juliana Souza (2015):

Em muitos casos não há registro do processo de doação dos arquivos pessoais para a ABL, já que até o ano de 1997 não havia nenhum termo legal que institucionalizasse

⁴ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Estatuto e regimento interno, Rio de Janeiro, 2004, p. 28.

a doação. Mas há exceções, casos em que é possível precisar a data de doação através de buscas nas atas de sessões. (SOUZA, 2015, p. 43).

A não identificação ou a inexistência de registros de doação não impedem que a documentação presente no arquivo de determinado acadêmico seja organizado, muito menos implica na proibição de consulta ao acervo. Mesmo quando o arquivo a ser consultado pelo pesquisador ainda não passou pelo processo de organização, é dado a este o acesso aos documentos presentes nos fundos/coleções. Para que isto pudesse ser feito, foi realizado o levantamento documental em todos os acervos que compunham o Arquivo, de modo que há um controle dos documentos presentes em cada arquivo acadêmico com a devida identificação item a item.

Para não segmentar e desvalorizar a potencialidade documental e informativa de tais conjuntos, manteve-se a forma original dos arquivos privados pessoais, onde o nome do titular, isto é, o acadêmico, fica como referência principal, “batizando”, sob a denominação maior de Arquivo, tanto o fundo arquivístico como a coleção de documentos. (ABL Acadêmicos, 2004, p.23)

Um dado interessante sobre a constituição das coleções se refere à Hemeroteca. Esta foi oficializada, segundo Souza (2015) em 1951, quando o então acadêmico Peregrino Júnior elogia a organização do Arquivo⁵, porém sugere que havia necessidade de permanente enriquecimento de documentos. Com isto, foi contratada uma empresa de *clipping* de notícia responsável por fornecer à Academia e seu Arquivo, todas as informações, notas, comentários ou reportagens que eram publicadas em jornais Brasileiros a respeito de cada um dos 40 acadêmicos. Desta forma, essa acumulação artificial de recortes de jornais passou a compor o acervo dos acadêmicos, formando a hemeroteca dos Acadêmicos.

Desta forma, o arquivo dos acadêmicos é composto por diversos tipos e espécies documentais, sendo mais comum a presença de documentos textuais em suporte de papel, correspondências, manuscritos de obras, diplomas, convites, discursos, cartazes, cartões de visita, fotografias, películas cinematográficas, registros magnéticos. É necessário explicar que os documentos audiovisuais compõe o Arquivo Audiovisual é subordinado ao Arquivo Institucional, com isso o material formado por fitas de vídeo e de áudio, CD-ROMs, etc integram os documentos pessoais dos acadêmicos, ainda que a guarda física dos mesmos seja feito pelo acervo institucional.

Como o Arquivo da Academia Brasileira de Letras é formado por um número muito grande de arquivos acadêmicos, e são adotadas prioridades para a organização dos acervos.

⁵ Ata da Sessão ocorrida em 31 de maio de 1951, na Academia Brasileira de Letras.

Foi definido como estratégia a organização dos fundos/coleções dos patronos⁶ em seguida os membros fundadores. Os documentos estão disponíveis para consulta na base de dados utilizada pelo Arquivo, ou seja, Sophia Acervos⁷. Essa metodologia e cronograma de trabalho é constantemente avaliada pelas arquivistas da instituição, não constitui uma regra rígida. Em alguns casos, pode acontecer de um acervo de um acadêmico contemporâneo ser organizado ou receber tratamento ao invés de um membro fundador.

O setor de Arquivo da Academia Brasileira de Letras está ligado ao Centro de Memória, a Chefe responsável pelo Arquivo é a arquivista Maria Oliveira, enquanto que o arquivo dos acadêmicos é coordenado pela arquivista Juliana Amorim, já o Arquivo Institucional é coordenado por Ana Renata Tartaglia. O Arquivo dispõe de 10 estagiários regularmente matriculados em curso de Arquivologia, que são distribuídos nas atividades referentes a cada linha do acervo, ficando 5 responsáveis pelo arquivo dos acadêmicos e 5 com o arquivo institucional. A Academia dispõe de um Núcleo de Conservação, onde todos os documentos recebem o devido tratamento para sua preservação, desde a higienização até mesmo reparos na estrutura física quando esta é necessária. Além disso, há um setor de Museologia onde os documentos de caráter museológico são guardados.

É importante destacar que o acervo que compõe o Arquivo da Academia Brasileira de Letras é formado, atualmente, por 294 Arquivos de acadêmicos vivos e mortos. Este número só tende a crescer na medida em que os acadêmicos da Casa doam seus documentos para a Instituição. Já foram descritos na base de dados Sophia Acervo 70 Arquivos (40 referentes aos patronos das cadeiras e 30 membros fundadores). Foi adotado como estratégia de organização, como já dito anteriormente, a seguinte ordem: primeiro foram organizados os arquivos referentes aos patronos; a segunda etapa compreende a organização dos acervos dos membros fundadores; na etapa seguinte serão organizados os acervos dos acadêmicos que ocuparam cargo de presidente da Academia; seguido dos primeiros sucessores das cadeiras e assim por diante. Esta metodologia não é estática, pode ser alterada de acordo com as demandas advindas do Arquivo.

Através desta breve apresentação acerca da formação do arquivo dos acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, buscamos mostrar como o setor de Arquivo é organizado e

⁶ Os arquivos de Patronos são formados por coleções documentais acumuladas intencionalmente pela Academia Brasileira de Letras. Apesar de não terem sido acadêmicos, foi definido pelos arquivistas que essa documentação não seria vista hierarquicamente aos documentos dos acadêmicos. Assim, possuem a mesma importância no conjunto de acervos e recebem o mesmo tratamento.

⁷ A Base de dados Sophia Acervos foi adquirida pelo Arquivo da Academia Brasileira de Letras em 2011. A escolha foi feita porque a Biblioteca da Casa já utilizava o Sophia Biblioteca, buscavam desta forma uma integração entre as bases de dados.

quais são as diretrizes adotadas pelos arquivistas para a organização da documentação que faz parte do seu acervo. Com isto, podemos perceber que a acumulação dos documentos compostos em fundos e coleções de documentos foi durante muito tempo organizada sem que atendesse aos critérios arquivísticos, implicando na necessidade de reformulação de todo o Arquivo realizado no ano de 1997. Este trabalho foi extremamente importante, na medida em que adequou o setor de Arquivo e, conseqüentemente, os arquivos dos acadêmicos a uma metodologia específica alinhada ao que é determinado pela bibliografia da área.

Dito isto, concordamos com Maria Oliveira (2009) quando afirma que “a preservação e difusão dos arquivos privados e pessoais dos acadêmicos não atende apenas à celebração da imortalidade e memória dos seus membros, mas também serve como fonte de pesquisa...” Ou seja, mais do que um lugar de legitimação da imortalidade dos seus membros as pesquisas nestes acervos nos permitem desenvolver estudos sobre a sociedade da época, perceber as redes de sociabilidade dos acadêmicos, suas principais influências, enfim um leque de possibilidades se abrem para o pesquisador que se debruça sobre estas fontes. Sendo assim, o dever da instituição através do seu Arquivo encontra-se na sua organização, preservação e acesso a documentação que está sob sua guarda.

No próximo capítulo vamos verticalizar nossos olhares sobre como é feito a organização dos Arquivos dos Acadêmicos. Para tanto, apresentarei detalhadamente as etapas que fazem parte desse processo que foi por mim realizado no Arquivo Olavo Bilac, no período entre Maio de 2016 até agosto de 2017, enquanto era estagiária do arquivo dos acadêmicos. Além disso, nossas análises serão baseadas em discussões bibliográficas acerca dos arquivos pessoais, pretendendo desta forma compreender as possibilidades e desafios enfrentados ao longo das etapas de organização do arquivo Olavo Bilac.

Capítulo 2: O Arquivo dos Acadêmicos- organização do Arquivo de Olavo Bilac.

2.1 - Quem foi Olavo Bilac?

Para compreendermos como ocorreu a formação do arquivo do acadêmico Olavo Bilac e os itens que fazem parte deste acervo, precisamos conhecer um pouco da sua história e os percursos pessoais e profissionais que fizeram parte da sua formação enquanto um dos mais importantes expoentes da literatura brasileira. Pretendemos nas linhas seguintes apresentar nosso objeto/personagem para situar o leitor no contexto de vida do literato e permitir o acesso mais palatável à vida e obra de Olavo Bilac. Nosso objetivo não é escrever uma biografia, apenas apresentar os dados mais relevantes que de alguma forma aparecem representados através dos documentos que fazem parte do seu arquivo. Desta forma, orientamos nossos leitores mais curiosos e ávidos por informações sobre o autor a procurar produções acadêmicas específicas sobre tema.⁸

Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, (Olavo Bilac), nasceu no Rio de Janeiro-RJ, em 16 de dezembro de 1865. Filho de Dr. Brás Martins de Guimarães Bilac, médico cirurgião do exército, membro do 31º Batalhão dos Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, e D. Delfina que já tinha uma filha mais velha, chamada Cora, quando do nascimento de Bilac.

Bilac foi aluno de um colégio interno São Francisco de Paula, localizado onde hoje é a Praça Tiradentes. Aos 15 anos seus pais conseguem uma autorização para que Olavo Bilac ingressasse na Faculdade Nacional de Medicina, após uma passagem rápida pela Escola de Engenharia. Desde cedo, ele apresentava sinais de que não seguiria as carreiras imperiais tradicionais.

A literatura o atravessa desde muito novo, uma vez que leitor assíduo de Júlio Verne, a quem deve a cura de sua gagueira ao exercitar a leitura em voz alta. Passou a frequentar as rodas literárias na Rua do Ouvidor, importante ponto de encontro de boêmios e intelectuais da época, onde se reuniam em bares e cafés para tratar da situação em que se encontrava o país e para produzir suas obras. Aos 21 anos de idade, em 1886, Bilac decide abandonar a Escola de Medicina e se dedicar à vida literária.

⁸ São muitas as obras que têm como objetivo apresentar uma análise mais minuciosa a respeito da vida literária brasileira e seus representantes. No que diz respeito a Olavo Bilac, há muitos trabalhos acadêmicos disponíveis para consulta, por exemplo a dissertação de Ramon Ribeiro Barroncas com o título “ *A última flor do Lácio: Olavo Bilac e a antiguidade clássica.*” defendida em 2013 no programa de pós-graduação em História na Universidade de Brasília. Uma importante biografia sobre Olavo Bilac foi publicada em 2007 pelo autor Fernando Jorge chamado “ *Vida e Poesia de Olavo Bilac.*” pela editora Novo século. Essas são apenas algumas sugestões de leitura, existem outros trabalhos de relevância a serem pesquisados.

Sua saída da Escola de Medicina foi feita sem o consentimento dos seus pais, que por sua vez demonstravam-se contra essa decisão. Seu pai, chega a tomar medidas drásticas como cortar-lhe a mesada, como forma de punição, e mais tarde expulsa-o de casa. Mesmo decidido a dedicar-se a Literatura, Olavo Bilac muda-se para São Paulo onde passa a estudar Direito na faculdade do Largo do São Francisco, frequentando o curso por apenas um ano. Nesse período participou da criação do Grêmio de Letras e Artes e também escrevia para os jornais *Diário Mercantil* e *Vida Semanária*.

Mesmo com os esforços do seu pai para afastá-lo da vida boêmia, Bilac não conseguia se ver livre das crises financeiras. Talvez este seja o motivo da proibição da continuidade de seu noivado com Amélia de Oliveira, por quem havia abandonado a Cidade do Rio de Janeiro e partido para São Paulo para estudar na faculdade de Direito. Após sua separação com Amélia, Bilac fica noivo de Maria Selika, noivado que não dura nem um ano.

Dedicou-se desde cedo ao jornalismo e à literatura, em 1878 faz parte da chamada Guerra do Parsano, travada nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, onde percebemos os primeiros passos do movimento parnasiano brasileiro. Bilac passa então a ser o autor mais importante do manifesto parnasiano brasileiro ao publicar o poema “Profissão de Fé”.

Olavo Bilac era também um crítico e incentivador da política e em campanhas cívicas, das quais a mais famosa foi em favor do serviço militar obrigatório. Aos 18 anos, o jovem Bilac já demonstrava interesse pelo jornalismo quando começou a colaborar com o jornal *Gazeta Acadêmica*. Fundou importantes jornais, como *A Cigarra*, *O Meio*, *A Rua*. Fez parte também do editorial da seção “A Semana” da *Gazeta de Notícias*, substituindo Machado de Assis, trabalhando ali durante alguns anos.

Ao exercer fervorosamente o jornalismo político nos começos da República com suas críticas ao governo, foi um dos perseguidos por Floriano Peixoto, presidente do Brasil na época. Teve que se esconder em Minas Gerais, quando se aproximou de Afonso Arinos, ficando abrigado em sua casa em Ouro Preto. As críticas de Bilac não pararam mesmo após sua prisão no Rio de Janeiro e seu exílio forçado em Minas. Foi expulso da cidade de Ouro Preto após duras críticas feitas a um poderoso coronel local.

Seu regresso ao Rio de Janeiro proporcionou uma virada em sua carreira, ao substituir Machado de Assis no jornal *Gazeta de Notícias*, passou a publicar crônicas que se afastava do modelo anteriormente produzido por Machado, adotando um estilo novo que abarcava questões como vício literário, o jogo do bicho, escravidão. Escreveu sobre importantes

literatos como Santos Dumont e Ferreira Araújo, participando como crítico literário no jornal *A Semana*.

Não podemos esquecer a importância de Bilac no que se refere à educação, uma vez que junto com Coelho Neto e Manuel Bonfim produziu um grande número de livros didáticos. Além da publicação de poemas e textos voltados para o público infantil. Olavo Bilac é responsável pela fundação da Liga de Defesa Nacional, ao lado de Miguel Calmon e Pedro Lessa, grupo com viés nacionalista. Tornou-se professor honorário da Universidade de São Paulo, e em 1899 foi nomeado inspetor escolar na Cidade do Rio de Janeiro, função que exerceu até o final de sua vida.

A aproximação de Olavo Bilac com os mais importantes literatos da sua época, bem como seu engajamento às questões nacionais, a publicação de obras importantes e poemas reconhecidos pela crítica, assim como sua participação em movimentos literários ajudam a entender os motivos que levaram Bilac a fazer parte do grupo de 16 intelectuais que se reuniram nas primeiras discussões que levariam mais tarde a fundação da Academia Brasileira de Letras.

Como dito no início deste subtítulo, nosso objetivo foi apresentar um panorama resumido dos caminhos percorridos por Olavo Bilac durante sua vida, permitindo compreender as especificidades dos documentos que encontram-se em seu acervo. Sendo assim, nosso próximo exercício de reflexão será pensar a respeito dos processos que envolvem o recolhimento e/ou acúmulo do arquivo de Olavo Bilac e as discussões em torno do debate sobre arquivos pessoais na literatura arquivística.

2.2 - O recolhimento do Arquivo de Olavo Bilac e as discussões em torno dos Arquivos Pessoais.

O processo que envolve o recolhimento do acervo de Olavo Bilac segue os modelos presentes em outros arquivos de acadêmicos, disponíveis no Arquivo da Academia Brasileira de Letras, isto significa que a acumulação da documentação foi realizada de forma intencional pela Academia. Nesse sentido, apesar da sua densidade e tamanho o que chamamos de Arquivo de Olavo Bilac é na verdade uma coleção que foi sendo formada a partir de doações esporádicas, algumas com registros em atas, de membros de sua família ou terceiros e ainda pela própria Academia.

O recolhimento e a preservação dos arquivos pessoais, seja de acadêmicos ou de cidadãos comuns, compreendendo como comuns aquelas pessoas que não ocupam lugares de

destaque na sociedade, é importante porque nos permite através do estudo dos seus documentos desenvolver pesquisas sobre os mais diversos temas, que podem estar diretamente ligados as atividades realizados por estes sujeitos em vida, ou mesmo em pesquisas sobre as relações de sociabilidade presentes na sociedade em que estes estão inseridos.

No caso do nosso objeto, especificamente, podemos perceber a partir da leitura dos itens que compõe acervo de Olavo Bilac, a organização social da época em que vivia, como era o funcionamento da Academia Brasileira de Letras nos anos iniciais da República, bem como os contatos mantidos com outros autores e homens que faziam parte da elite intelectual do país. Bom, não há limites para as pesquisas, como sabemos os documentos enquanto testemunhos de uma época responderão as perguntas e questões postas pelo pesquisador, que pode neste caso se debruçar sobre correspondências trocadas com membros de diversas instituições e agremiações literárias, correspondências entre familiares, manuscritos de obras, fotografias, enfim uma gama infinita de possibilidades.

Os arquivos pessoais refletem, por meio de seus documentos, as atividades e funções sociais de seus produtores ao longo de suas vidas e também, por consequência, de seus interlocutores. São registros de ações e relações familiares, sociais, afetivas, políticas, intelectuais, de negócios e tantas outras também criadas para instrumentalizar a vida de um indivíduo em sociedade. (OLIVEIRA; MACÊDO, 2016, p.3)

Observamos, nesse sentido, que os arquivos pessoais assim como os arquivos dos acadêmicos, apresentam características bastante peculiares quanto a sua formação e que são próprias a este tipo de acervo documental. É possível encontrarmos fundos arquivísticos e até mesmo coleções presentes em um mesmo Arquivo. Isto acontece porque os documentos que são doados pelo acadêmico e que fizeram parte do processo subjetivo de acumulação são considerados fundos, enquanto os documentos que foram doados por terceiros ou mesmo recolhidos pela Academia Brasileira de Letras passam a compor coleções. Esta prática de separação do acervo em fundos e coleções é muito comum na organização de arquivos pessoais, uma vez que em sua maioria são considerados coleções sendo necessário a defesa dos arquivos pessoais como arquivos, como podemos observar em Ana Maria Camargo:

Como resultado natural e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário. (CAMARGO, 2009, p. 28)

Não pretendemos ao longo deste trabalho estender as discussões relativas à compreensão de fundos e coleções nos arquivos pessoais. No entanto, é importante apresentarmos a reflexão desenvolvida pelo teórico americano Schellenberg (2002), onde segundo o autor, os documentos que fazem parte de arquivos privados são considerados coleções, essa análise é baseada na forma como estes documentos foram acumulados. Sendo assim, o autor faz uma divisão das coleções em duas características fundamentais, ou seja, coleções orgânicas ou naturais e coleções artificiais:

Coleções naturais é o termo empregado para aglomerados de materiais documentários que se formam no curso normal dos negócios ou de vida de entidades privadas - individuais ou coletivas - como firmas comerciais, igrejas, instituições ou organizações, e as coleções artificiais são construídas depois de ocorridas as ações a que se relacionam, não concomitantemente e, em geral derivam de diversas fontes e não de uma única. (SCHELLENBERG, 2002, p.270)

A partir das definições instituídas por Schellenberg, podemos compreender que as coleções naturais são originadas de um mesmo processo de acumulação desenvolvido por um indivíduo ou instituição em decorrência das suas ações e atividades. Neste sentido, Maria Oliveira (2009) defende que a utilização do termo “arquivo” ou “coleções naturais” poderiam ser compreendidas como terminologias correspondentes. Por outro lado, ao identificar as coleções artificiais, o autor afirma que estas são elaboradas a partir de ações diversas e com intencionalidades distintas o que demonstram um processo de acumulação que atende aos desejos subjetivos de quem os acumula.

A compreensão de fundos arquivísticos utilizada para identificar os fundos dos Arquivos dos Acadêmicos, no Arquivo da Academia Brasileira de Letras ancoram-se na definição estabelecida por Belloto (2007):

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa e ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados com documentos de outro conjunto... (BELLOTO, 2007, p.128)

A partir destas das definições apresentadas, podemos compreender que os documentos doados pelo acadêmico, formam fundos arquivísticos, como “coleções naturais” uma vez que foram por eles acumulados e organizados de acordo com as atividades de foro privado e institucionais realizados ao longo de sua trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Já as “coleções artificiais” caracterizam por sua vez os documentos que foram acumulados pela

própria Academia Brasileira de Letras e seus membros a respeito de um determinado acadêmico.

Esta análise acerca da formação do que entendemos como arquivos dos acadêmicos no Arquivo da Academia Brasileira de Letras é importante na medida em que passamos a identificar quais são as possibilidades e os limites encontrados nestes conjuntos documentais. Além disso, nos permite compreender os procedimentos que são adotados para organização destes arquivos e o modo como são elaborados e definidos os métodos de trabalho pelos arquivistas responsáveis pelo setor de Arquivo e seus acervos.

Refletir sobre a composição do arquivo dos acadêmicos nos leva a outro importante viés de observação que está relacionado à noção de arquivos pessoais. Sendo necessário considerar como a bibliografia arquivística aborda esse tema e os aspectos no que tange a caracterização dos conjuntos documentais produzidos e acumulados por indivíduos em âmbito privado.

Para compreender como se dá a emergência dos arquivos pessoais no cenário arquivístico brasileiro, é imprescindível debruçarmo-nos sobre a História. Os documentos pessoais privados ganham fôlego no cenário historiográfico nos anos 1970, onde é possível verificar, segundo Ângela de Castro Gomes (1998), um aumento do interesse dos historiadores e instituições pelos arquivos privados. Este fenômeno está diretamente ligado a uma mudança de paradigma da escrita da História que exige uma nova metodologia que busca compreender o fato histórico não mais por uma narrativa globalizante, mas percebendo os meandros políticos, sociais, culturais, econômicos etc. através dos sujeitos históricos.

A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no "fazer história". (GOMES, 1998, p. 2)

Prochasson (1998), por outro lado, observa o fenômeno do crescente interesse do historiador pelos arquivos privados através de duas vertentes; a primeira relacionada à História Cultural, especificamente, aos intelectuais, e a segunda observada pela micro-história e Antropologia Histórica que preocupam-se sobretudo com fontes mais qualitativas. Neste sentido os anos 1980 representam uma continuidade desse processo de transformação na qual a História está inserida. Esta reflexão se dá a partir da chamada "crise" das Ciências Sociais e da virada crítica da história na qual identificamos um afastamento das tradições estruturalistas e marxistas desenvolvidas na segunda fase da Escola dos Annales nos anos 60 e 70.

Compreendendo assim, como um período em que a História retoma as matrizes da primeira geração dos Annales aproximando suas análises dos aspectos culturais a partir da História das Mentalidades e das influências exercidas pela sociologia Durkheimiana.

É importante destacar que a aproximação entre a História e a Sociologia, respeitando os devidos rigores metodológicos das disciplinas, permite uma análise voltada para a individualidade do sujeito, sua subjetividade, bem como sua rede de sociabilidade, alcançando desta maneira o que há de mais íntimo na sociedade e rompendo com as narrativas globalizantes dos anos 60 e 70. Assim, segundo Ângela de Castro Gomes, podemos identificar o *boom* dos arquivos privados com a valorização dos sujeitos nas narrativas históricas.

As transformações observadas na narrativa histórica influem numa mudança de metodologia e, sobretudo, de fontes. É a partir destas questões que os arquivos passam a ser observados através de novos olhares, o que apresenta-se como um desafio para o campo dos arquivos permanentes e da Arquivologia. Inicia-se neste contexto uma discussão acadêmica acerca dos arquivos pessoais e uma disputa entre os autores ao defenderem e reconhecerem, ou não, estes arquivos pessoais como arquivos. Faz-se necessário, neste sentido, identificar o que são os arquivos pessoais, quais suas características e como eles são pensados e examinados pela bibliografia arquivística.

O *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1973), um dos principais referenciais teóricos da nossa área reconhece que os Arquivos são compostos apenas por documentos produzidos e ou acumulados pela Administração Pública, neste sentido não dispõem de discussões que abarcam as características dos arquivos pessoais. Estes por sua vez, segundo o *Manual*, deveriam ficar sob a responsabilidade de bibliotecas, que seriam os espaços adequados para sua guarda.

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos ou material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (Manual dos Arquivistas Holandeses, 1973, p. 11)

Podemos compreender que a ausência de discussões sobre os arquivos pessoais e o não reconhecimento destes enquanto arquivo estava ligada não só a falta de uma bibliografia de referência sobre o tema. Os trabalhos que de alguma forma abordavam esta questão associavam a guarda de documentos de caráter privado e pessoal às bibliotecas. Os argumentos utilizados para defender esta posição eram variados, dentre eles o fato de que nos conjuntos de documentos pessoais, em alguns casos devido as suas especificidades, não era

possível identificar as características fundamentais que os documentos devem ter para serem reconhecidos como documentos de Arquivo, ou seja, unicidade, organicidade, imparcialidade, autenticidade e naturalidade.

Para a Arquivística, os arquivos pessoais caracterizam-se como um grande desafio de organização, por todas as características informais apresentadas em sua acumulação e a pluralidade de documentos em suportes diversificados, uma vez que a teoria Arquivística é, em muitos aspectos, fundamentada em arquivos orgânicos - de organizações públicas e privadas. (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 67)

Ana Maria Camargo (2009) nos alerta para uma questão bastante interessante sobre o caráter seletivo da preservação dos arquivos pessoais, na medida em que os arquivos que ganham destaque nas instituições são os referentes a indivíduos que de alguma forma destacaram-se seja na política, literatura ou em algum âmbito público na sociedade. Esta observação é interessante, sobretudo, porque estamos propondo uma análise de um arquivo pessoal de um acadêmico da Academia Brasileira de Letras e, portanto, essa reflexão acerca do lugar social que este literato ocupa não pode ser ignorado. “Só se costuma atribuir valor permanente aos arquivos de pessoas que alcançaram alguma expressão ou proeminência no mundo da política, da ciência, das artes, do direito, da filosofia ou da literatura.” (CAMARGO, 2009, p. 29)

Tognolli e Barros (2011), também observaram esta característica presente nos Arquivos Pessoais:

Portanto, os acervos pessoais, custodiados em arquivos públicos e privados são inseridos nesses acervos a partir do cânone, ou seja, do valor científico, histórico, artístico existente nesses documentos. Este valor é construído, e sua construção perpassa a memória e o legado deixado por essas pessoas. A acumulação deste ou daquele fundo documental nesta ou naquela instituição coletora, faz parte deste valor atribuído àquela documentação, ou seja, a importância que se dá para este ou aquele fundo. (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 69)

Luciana Heymann (2009) apresenta um dado bastante sintomático a respeito dos arquivos pessoais, ou seja, a escassez de trabalhos voltados para esse campo do conhecimento. A autora nos alerta para o caráter periférico que este arquivo ocupou durante muito tempo na bibliografia da área “Uma primeira constatação remete ao fato de os “arquivos pessoais” terem sido mencionados tardiamente nos manuais dedicados aos arquivos e raras vezes terem sido objeto de investimentos mais sistemáticos.” (HEYMANN, 2009, p. 42)

Uma das contribuições mais importantes de Heymann (2009) no que se refere aos arquivos pessoais é o rompimento com a ideia tradicional de arquivos públicos que de certa

forma atravessavam o entendimento sobre estes. Assim, para a autora a delimitação de conjuntos orgânicos da relação de espelho dos documentos às atividades desenvolvidas pelo produtor dos documentos, que são tão caros aos arquivos públicos, não dão conta das especificidades que abarcam o universo dos arquivos pessoais, da produção e acumulação dos documentos que por sua vez são formados por ações subjetivas e intencionais dos seus produtores.

A partir desta constatação, Heymann (2009) está rompendo com a noção de arquivos pessoais defendida por Belloto, onde segundo a autora os arquivos pessoais seriam apreendidos como:

[...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoa detentoras de informações inéditas em seus documentos que se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTO, 2004,p. 266)

Percebemos que a teoria arquivística para os arquivos pessoais pode ser compreendida através de dois recortes; o primeiro marcado pela influência das diretrizes arquivísticas, consideradas, clássicas que pretendem enquadrar a compreensão e organização dos arquivos pessoais a partir das diretrizes utilizadas para os arquivos institucionais, enquanto por outro lado, temos trabalhos como o destacado aqui, desenvolvido por Luciana Heymann que percebe a necessidade de se compreender os arquivos pessoais à luz das suas especificidades, demonstrando que mesmo que haja documentos capazes de espelhar as atividades desenvolvidas pelos seus titulares, existem aqueles que não são capazes de atender a esta demanda, isto demonstra a complexidade que envolve o trabalho arquivístico em arquivos pessoais.

A resistência da arquivologia em se debruçar sobre a dimensão intencional da produção dos arquivos pessoais pode ser associada ao fato de a dinâmica de constituição desses conjuntos colocar em xeque preceitos básicos da disciplina. O mais diretamente afetado parece ser o atributo da “naturalidade” dos documentos de arquivo – “diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta”. Essa característica parece acomodar-se mal à acumulação operada pelos indivíduos, marcada mais pelo arbítrio e por distintas temporalidades do que pelo fluxo natural de documentos produzidos e recebidos. O atributo da “intencionalidade”, dentro dos cânones disciplinares, é bom lembrar, remete antes à constituição de coleções (artificiais, inorgânicas) do que ao processo de produção/acumulação característico dos arquivos, o que explicaria, em certo sentido, também, a dificuldade em incorporar essa dimensão à reflexão arquivística. (HEYMANN,2009,p.51)

O que percebemos ao nos depararmos com a tarefa de organizar arquivos pessoais, é que suas especificidades e características subjetivas presentes no processo de acumulação dos documentos tornam-se ao mesmo tempo um elemento rico, no que diz respeito à forma como o produtor pretende intencionalmente ou não ver sua vida refletida pelos documentos que foram acumulados, mas ao mesmo tempo nos apresenta um desafio enorme de tentar muitas vezes estabelecer uma conexão lógica entre os itens presentes nestes acervos, na medida em que somos “obrigados” pela bibliografia a seguir os padrões de organização pré-determinado.

Essas dificuldades não são uma especificidade do arquivo dos acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, mas está presente em todos os arquivos pessoais que foram enfrentados por arquivistas. Lidar com este tipo de acervo não é uma tarefa fácil, deve ser encarada com muita responsabilidade e todo o processo de organização do arquivo deve ser atentamente realizado sem que as decisões metodológicas influenciem na ordem original, nem mesmo crie sentidos outros para o acervo.

2.3 - As etapas do processo de organização do Arquivo de Olavo Bilac e seu panorama atual.

Nesta parte do trabalho buscaremos fazer uma apresentação descritiva das etapas que foram cumpridas ao longo da organização do acervo de Olavo Bilac. Como se trata de um trabalho que foi por mim desenvolvido enquanto estagiária do Arquivo da Academia Brasileira de Letras tomarei a liberdade de em alguns momentos escrever em primeira pessoa. Acredito que esta escolha não comprometa a qualidade do trabalho, compreendendo que é necessário apresentar o caráter pessoal dos relatos que serão produzidos a seguir.

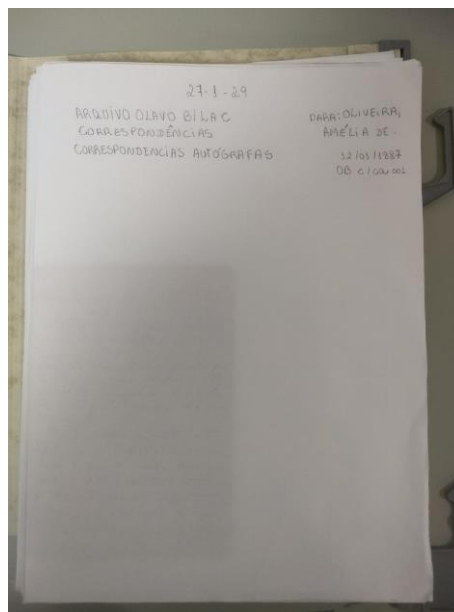
Assim como nos arquivos permanentes institucionais é preciso conhecer a respeito da estrutura desta instituição, seu estatuto, regimento, as normas que regem os trabalhos desenvolvidos por cada setor, o organograma assim como quais são os documentos produzidos e acumulados para que a sua organização espelhe as atividades ali presentes. No arquivo pessoal o trabalho não é diferente.

Desta forma, quando estamos em processo de organização de um arquivo pessoal, sobretudo, diante de um fundo documental, é importante que se conheça e tenha bastante informações sobre o indivíduo, as atividades que este exerceu em sua vida privada e profissional, as redes de sociabilidade por ele mantidas, lugares onde trabalhou, onde estudou, enfim quanto mais dados obtivermos sobre o produtor melhor será o resultado final da organização do acervo.

Dito isto, a primeira parte do trabalho de organização do acervo de Olavo Bilac consistiu na leitura de biografias sobre o literato, buscamos os materiais disponíveis na internet através de buscas feitas no Google, assim como pesquisa no acervo disponível na biblioteca Rodolpho Garcia da Academia Brasileira de Letras e numa série de livros publicados pela Imprensa Oficial de São Paulo chamada Essencial⁹.

Após as leituras das biografias e trabalhos acadêmicos sobre a vida de Olavo Bilac, começamos a etapa de levantamento documental. Todos os documentos que fazem parte do acervo estavam dispostos em pastas suspensas com uma lógica de organização provisória. Era necessário verificar os documentos que estavam em cada pasta e após essa fase preliminar de reconhecimento dos documentos, propor uma nova organização e fazer o acondicionamento adequado de cada um deles.

O total era de 10 pastas suspensas, cada uma delas contendo um grande número de documentos desde correspondências até obras manuscritas. Separamos todos os documentos num primeiro momento por espécie, desta forma juntamos correspondências, iconografias, hemeroteca, etc. Depois organizamos por ordem cronológica, do documento com data mais antiga para o mais recente, e acondicionamos cada um deles em papel neutro com a devida identificação como poderemos ver na figura abaixo:



(Fonte: Foto da primeira correspondência presente na série “correspondências recebidas”. Localizada na pasta 27-2-29 arquivo Olavo Bilac).

⁹ A Série Essencial foi publicada em 2013 pela Imprensa Oficial do Governo do Estado de São Paulo. É uma coletânea de livros que tem como objetivo apresentar informações sobre os ocupantes das 40 cadeiras da Academia Brasileira de Letras, com uma linguagem acessível busca atender o mais diversificado público leitor que pretende conhecer um pouco mais sobre a história daqueles que ocuparam lugar na dita Academia. Cada livro possui em torno de 68 páginas e tiveram um número mais ou menos de 2000 tiragem por exemplar.

Terminado a atividade de separação documental por espécie e acondicionamento, iniciamos a descrição dos itens. O setor de Arquivo, através da chefe responsável Maria Oliveira, optou como metodologia de trabalho a descrição de item a item de todos os documentos que fazem parte do acervo do acadêmico, seja um fundo ou uma coleção. Esta escolha foi feita no sentido de permitir um maior conhecimento e domínio dos arquivistas sobre o acervo disponível no arquivo e também possibilitar um melhor atendimento às demandas do pesquisador externo.

Durante todo o período em que estivemos organizando o arquivo de Olavo Bilac (Abril 2016 - Setembro 2017), fizemos reuniões para determinar qual seria a ordem de execução das atividades. Essas reuniões eram fundamentais para que o trabalho fosse feito de acordo com o modelo estabelecido na metodologia criada pelos arquivistas do Arquivo, que além de uma metodologia própria seguem as normas da NOBRADE no que se refere à descrição documental.

A organização nas pastas suspensas foi sendo modificada e atualizada na medida em que observávamos a necessidade de movimentar os documentos dos seus lugares originais para sua localização permanente após terminado o processo de organização do acervo. Desta forma, a localização física dos documentos ficou disposta da seguinte maneira, como poderemos observar na lista a seguir:

Índice Olavo Bilac antes da organização:

27-1-29 - Bibliografia/ Biobibliografia;
 27-1-30 - Convites;
 27-1-31 - Correspondência Ativa;
 27-1-32 - Correspondência Passiva/ Falecimento;
 27-1-33 - Críticas;
 27-1-34 - Homenagens;
 27-1-35 - Diversos Documentos;
 27-1-36 - Menu;
 27-1-37 - Menu;
 27-1-38 - Menu;
 27-2-39 - Menu;
 27-1-40 - Menu;
 27-1-41 - Menu;
 27-1-42 - Menu;
 27-2-01 - Menu;
 27-2-02 - Obras Manuscritas;
 27-2-03 - Obras;
 27-2-04 - Sucessores;
 27-2-05 - Documentos Pessoais (biblioteca);
 27-2-06 - Produção Intelectual;
 27-2-05 – Condolências;
 57-2-21 - Iconografia;
 57-2-22 - Iconografia;
 57-2-23 - Iconografia;
 57-2-24 – Iconografia

Índice Olavo Bilac após organização:

27-1-29 – Correspondências Autógrafas.
 27-1-30 – Correspondências Recebidas/ terceiros.
 27-1-31 – Produção Intelectual.
 27-1-32 – Produção Intelectual.
 27-1-33 – Produção Intelectual.
 27-1-34 – Convites.
 27-1-35 – Solenidades; Menus; Programa Musical.
 27-1-36 – Menu;.
 27-1-37 – Menu;.
 27-1-38 – Menu;.
 27-1-39 – Menu;.
 27-1-40 – Menu;
 27-1-41 – Menu;.
 27-1-42 – Menu;.
 27-2-01 – Homenagens
 27-2-02 – Documentos Pessoais.
 27-2-03 – Documento Institucional (Sucessores).
 27-2-04 – 4º Conferência Pan Americana 1910.
 27-2-05 – Condolências;
 57-2-21 - Iconografia;
 57-2-22 - Iconografia;
 57-2-23 - Iconografia;
 57-2-24 - Iconografia;
 57-2-24-Iconografia;
 (índice da ABL, atualizado em Setembro de 2017)

A organização física dos documentos nas pastas seguia um critério subjetivo, na medida em que observamos que os documentos tinham a mesma espécie e era possível organizá-los de modo a mantê-los juntos, optamos por este caminho. Nem sempre esse tipo de escolha poderá ser feita, vai depender diretamente dos documentos que estiverem presentes no arquivo, isso influenciará nas decisões a serem tomadas pelo responsável pela organização.

Um fato importante e que ilustra bem essa subjetividade presente no tratamento dos arquivos pessoais se refere a alterações que fomos realizando ao longo do processo, mesmo depois que todos os documentos estavam “definitivamente” organizados. É interessante que essa mudança de perspectiva sobre o acervo pode ocorrer em muitas das etapas de organização e até mesmo após a finalização do processo de organização. Essa flexibilidade no que diz respeito às possíveis alterações necessárias durante o tratamento do arquivo do acadêmico nos permite experimentar as possibilidades de organização apresentadas pelos arquivos e determinar qual será o formato final deste processo.

Como podemos observar, o arquivo de Olavo Bilac, também passou por esse processo de tomada de decisões até a finalização da sua organização. Hoje este acervo já está organizado e descrito na base de dados Sophia Acervos, atualmente é formado por correspondência: 66 itens (autógrafa, recebida e de terceiro); Convites: 3 itens; Solenidades: 256 itens; Homenagens: 18 itens; Documentos pessoais: 4 itens; Documentos institucionais: 4 itens; Eventos oficiais: 4 itens; Hemeroteca: 712 itens; Iconografia: 280 itens.

Este é o panorama em que se encontra o acervo de Olavo Bilac no Arquivo da Academia Brasileira de Letras, já organizado, descrito na base de dados e com o sistema de arranjo elaborado. No próximo capítulo iremos discutir sobre o processo de elaboração do arranjo intelectual, identificando quais são os desafios e dificuldades enfrentadas pelos arquivistas no sentido de manter ou forjar uma organicidade aos documentos. Para isso utilizaremos exemplos práticos dos dilemas enfrentados enquanto estava sendo realizada a organização do arquivo de Olavo Bilac no Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Capítulo 3: Elaboração de um Sistema de Arranjo em Arquivo Pessoal

3.1 - O que é um Sistema de Arranjo?

O que se entende por o sistema de arranjo foi originalmente pensado para a organização de arquivos permanentes de instituições, de modo que refletisse as atividades do órgão garantindo desta forma a organicidade dos documentos. Isto é possível de ser feito quando estamos falando especificamente de fundos documentais, pois esses possuem características que os diferem de outros conjuntos como, por exemplo, as coleções. Sendo assim, concordamos com Marillena Leite Paes quando ela afirma que “cada conjunto de documentos é reservatório da experiência humana, que só poderá ser adequadamente utilizada se estiver racionalmente arranjada e conservada” (PAES, 2004, p.122).

Antes de analisarmos a metodologia que envolve a elaboração de um sistema de arranjo precisamos saber exatamente o que é um fundo documental e quais são as suas principais características. Neste trabalho utilizaremos a noção de fundo documental produzida por Belloto (2006) onde segundo a autora:

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTO, 2006, p.128)

É interessante observar que a bibliografia arquivística estabelece algumas regras no que diz respeito à organização e composição dos fundos documentais, ou seja, em primeiro lugar devemos entender que os documentos possuem uma relação orgânica entre si o que significa dizer que estes só fazem sentido ou só podem ser compreendidos dentro do conjunto ao qual fazem parte, podendo perder ou ter seu valor equivocadamente atribuído caso seja colocado em um fundo diverso de sua origem. Outro aspecto a ser respeitado está relacionado ao contexto de produção do documento, buscando identificar sua ordem original. Uma questão fundamental é perceber que a composição do fundo será norteado pelo seu órgão produtor, na medida em que ele define o significado do documento no momento de sua produção e depois as qualidades que vai acumulando ao longo do percurso de vida do documento.

Definida a noção de fundo que norteia nossas análises, partimos para as discussões em torno da organização do arranjo. Para tanto, seguindo as orientações de Schellenberg (2006) percebemos as diferenças que envolvem a produção do arranjo em arquivos de repartição e os de custódia, uma vez que o primeiro ocupa-se de ordenar documentos correntes que apresentam uma demanda imediata nas repartições, enquanto o segundo trata de documentos permanentes de

valor histórico e que não, necessariamente, ainda que possa acontecer, são utilizados no dia a dia na tomada de decisões no órgão. Segundo o autor os processos que envolvem a criação do arranjo seguem duas diretrizes, a primeira a respeito da ordenação dos grupos de documentos, e a segunda a ordenação dos itens documentais dentro destes grupos.

Uma das contribuições mais importantes do texto de Schellenberg (2006) ao nosso trabalho diz respeito ao exercício de análise retrospectiva da área, para compreender como surge na Arquivologia às diretrizes e os modelos que são utilizados hoje para auxiliar-nos nas nossas práticas. Assim, o autor apresenta os caminhos percorridos pela arquivística em quatro pólos principais: a Europa, Países Baixos, Inglaterra e América. Tentaremos apresentar os principais pontos destacados pelo autor, já que julgamos ser de extrema importância compreender essa virada epistemológica da bibliografia arquivística. Assim, seguiremos a ordem por ele estabelecida, identificando e elucidando os pontos mais significativos por ele apresentado.

A França até 1789, data da Revolução Francesa, não apresentava um sistema nacional de arquivo, apenas em 1794 através de um decreto de lei é criada uma administração nacional dos arquivos públicos. Os responsáveis pelo Arquivo Nacional francês eram dois bibliotecários, que promoveram a organização dos arquivos seguindo as diretrizes da biblioteconomia. Nesse sentido, os documentos foram ordenados em sistemas esquemáticos em grupos de séries, e também em subgrupos. É apenas com Guizot, que é identificada a primeira mudança metodológica importante, na medida em que publica regulamentos sobre o arranjo de documentos dos departamentos que haviam sido transferidos para o Arquivo Nacional.

Com uma circular que regulava e orientava o esquema de organização dos documentos dos departamentos foram estabelecidos princípios para organização, dentre eles o que sugeria que os documentos deveriam ser organizados em fundos, ou seja, todos os documentos de determinada instituição eram organizados, agrupados e considerados fundos desta mesma instituição. Além disso, os fundos seriam arranjados por grupos de assuntos possuindo um lugar determinado a cada um em relação aos outros, bem como o estabelecimento de ordem cronológica, geográfica ou alfabética para o arranjo das unidades documentais presentes nos grupos de assunto. Assim, esta circular cria a noção de Respeito aos Fundos, princípio fundamental da arquivística francesa e que influencia nas práticas arquivísticas brasileiras.

O princípio de respeito aos fundos, originalmente desenvolvido na França, passa a ser apropriado e ampliado no contexto prussiano. Uma vez que, define que os documentos de natureza pública devem ser agrupados segundo as unidades administrativas que os criam e devem manter o arranjo criado pelos seus próprios órgãos quando da sua transferência para os arquivos permanentes. Percebemos desta forma a elaboração do princípio da proveniência, que só é

utilizado em 1874 quando o historiador Heinrich von Sybel assume a cadeira de diretor do Arquivo do Estado da Prússia.

Já nos países baixos, neste caso representados pela Holanda, o princípio da proveniência é aceito e atualizado, uma vez que através da publicação do *Manual de Arranjo de Descrição de Arquivo*, importante obra que se torna referência para o tratamento dos chamados arquivos modernos, estabelece o princípio da “ordem original” que no momento de organização dos fundos documentais permite refletir a organização interna do órgão administrativo que o produziu. A ordem original apresenta-se como uma alternativa para os arranjos que eram anteriormente organizados a partir de assuntos, já que o ordenamento por assunto muitas vezes dificulta o acesso a determinado documento que pode conter em seu conteúdo assuntos diversos e por isso ser possível de ser alocados em mais de uma série.

A Inglaterra por outro lado, através das críticas realizadas por Jenkinson ao modelo Holandês, defende que a organização dos arquivos em séries principais não dá conta das especificidades de outros grupos dentro do conjunto documental. Sendo assim, ele defende que o arranjo deve ser realizado por função, que serão definidores dos cabeçalhos gerais de onde as classes documentais devem ser organizadas. Assim, os documentos que mesmo através desta lógica funcional não se enquadrarem em nenhuma classe, podem perfeitamente ser organizados em sistemas alfabético, cronológico etc.

Nos Estados Unidos foi possível perceber uma preocupação a respeito da aplicação dos conceitos que haviam sido criados pelos países acima explorados. A questão da organização dos arquivos foi debate em diversas conferências e reuniões, foi adotado o princípio de respeito aos fundos e o princípio da proveniência orientados por Leland em Conferência em 1909. No entanto, os arquivistas encontraram alguns problemas, o primeiro que mais os preocupavam era a noção de unidade de arquivo, ou seja, fundo, na medida em que tinham um número muito grande de documentos a serem organizados no seu *National Archives*. Para solucionar essa questão adotou-se a noção de *record group* para definir essas unidades. No que se refere ao arranjo dos grupos, adotou-se a organização dos grupos a partir da sua organização ou função, além de manter os grupos como unidades integrais. Pensou-se também no arranjo dos documentos dentro dos grupos, sendo distribuídos em subgrupos, séries e peças individuais. Segundo Schellenberg (2006), no modelo americano “na elaboração de um sistema de arranjo segue-se o princípio de que ‘ a simplicidade é o caminho mais curto para a acessibilidade’.”

Apresentado esse panorama complexo no qual a discussão a respeito da organização dos fundos documentais e conseqüentemente a elaboração de um sistema de arranjo foi uma preocupação dos arquivistas franceses, holandeses, ingleses e americanos, conseguimos ter uma

noção ampliada acerca do tema e entender como estas discussões impactaram nas práticas arquivísticas destes países e também no Brasil, na medida em que nossa bibliografia da área bebe bastante nas produções estrangeiras, ainda que tenha o esforço de adaptar as teorias às demandas presentes no contexto brasileiro.

3.2 - Desafios e especificidades na elaboração de Arranjo em Arquivo Pessoal.

Retomamos o pensamento de Marillena Leite Paes (2004) quando a autora identifica que a atividade de arranjo é a mais importante a ser realizada num arquivo permanente, seja ele público ou privado, já que será essa atividade que vai garantir a organicidade do acervo e permitir que o acesso seja feito de modo rápido e espelhando a vida e as atividades, no caso do acervo presente no arquivo da Academia Brasileira de Letras, de cada acadêmico. Em alguns casos, quando o acervo documental é doado pelo próprio acadêmico ainda em vida ou quando constitui um fundo, é de praxe que se mantenha a ordem primitiva do acervo. Isto significa, que independente do desejo pessoal do pesquisador ou do arquivista a ordenação e o arranjo dos documentos vai respeitar sempre a forma em que ele foi doado, permitindo desta maneira manter as relações criadas entre os documentos pelo responsável pelo fundo/coleção.

Os arquivos pessoais, diferentemente dos arquivos públicos, possuem uma característica singular, já que seus responsáveis podem decidir subjetivamente que tipo de organização será que adotada no tratamento da documentação sob sua custódia. Neste sentido, esta flexibilidade quanto às normas é um ponto positivo porque permite fazer as adaptações que demandam cada caso particular apresentado pelos diversos tipos de acervo, isso não significa que as normas arquivísticas sejam ignoradas pelo contrário elas são utilizadas como modelos e parâmetros para um trabalho de qualidade, por outro lado é um desafio enorme conseguir manter a organicidade dos documentos deste tipo de acervo sem interferir na sua ordem original.

Originalmente a documentação de cunho privado era organizada por bibliotecários, que por sua experiência e metodologia da área tratava-os a partir da unidade documental. Schelleberg (2006) chama atenção para os Estados Unidos, onde segundo o autor os documentos que chegavam até os bibliotecários, oriundos de acumulações de famílias importantes ou empresas privadas recebiam organização item a item sendo denominados “manuscritos históricos”. Este cenário vem sendo modificado e as coleções documentais passam a serem percebidas de acordo com as relações que existem entre os documentos que as compõem. Com isso, há uma alteração na terminologia utilizada, que passa a compreender estes documentos como “papéis privados”, além disso passou-se a trabalhar com a noção de “documentos”, uma vez que é um termo mais genérico e que abarca toda espécie de itens presentes em uma coleção.

A relação orgânica que pode ser identificada ao se analisar uma coleção nos permite organizá-la a partir das orientações arquivísticas, isto é possível quando o arquivista consegue perceber a lógica que envolveu a acumulação desta documentação. No entanto, todos os cuidados metodológicos devem ser tomados para não cairmos no erro de atribuir valores e relações que não existiam.

No caso da Academia Brasileira de Letras, o setor de arquivo optou por tratar de forma igual os arquivos dos acadêmicos e as coleções. Esta estratégia permite uma melhor organicidade aos acervos e uma padronização na metodologia utilizada no tratamento dispensado a cada um. É interessante observar, que um ponto comum atravessa estes acervos uma vez que é possível identificar em sua maioria classes correlatas, por exemplo, em todos os arquivos de acadêmicos é possível identificar a classe correspondência, iconografia e sucessores. Isto permite que o arranjo elaborado para os arquivos de acadêmicos siga a ordem de classes e séries, especificamente, chegando a dossiês já que as descrições e anotações são feitas em cada item documental.

Um exemplo que ilustra a afirmação realizada acima acerca do respeito da ordem primitiva, foi o caso de uma doação feita por Zuenir Ventura em 11 de abril de 2017 para o arquivo da Academia Brasileira de Letras. A documentação de que estamos falando corresponde aos documentos utilizados por Zuenir Ventura como fontes de pesquisa para a escrita do livro *“1968 O Ano que não terminou”*. Toda a documentação textual e audiovisual possuía uma identificação numérica em sua capa. Quando recebemos este material, tanto os documentos textuais quanto os audiovisuais estavam fora da ordem numérica, antes de colocá-los de acordo com essa sequência numeral, fizemos a leitura de cada documento buscando uma relação entre eles e se era possível colocá-los ordenados sem com isto perder à lógica organizacional presente. Após a leitura foi possível perceber a relação temática entre os documentos e que a manutenção da organização através da ordem numérica permitiria retomar esta característica.

É o que ocorre nos casos dos acervos documentais pessoais tratados na Academia Brasileira de Letras, onde procura-se seguir as normas arquivísticas mas em alguns casos, quase a maioria, as características intrínsecas dos acervos demandam uma maior flexibilidade na elaboração do arranjo, realizado de forma consciente pelo arquivista responsável de acordo com a metodologia definida pelo setor de arquivo e sem comprometer as especificidades de cada arquivo de acadêmico.

A bibliografia arquivística apresenta alguns critérios que devem ser seguidos ao elaborar um sistema de arranjo, dentre eles percebemos a organização dos documentos em algumas etapas fundamentais como: estabelecimento de séries, fundos, identificação documental,

destinação física em pastas/caixas e sua ordenação nas estantes. A localização física dos documentos de uma série não precisa ser necessariamente a mesma, desde que haja nos instrumentos de pesquisa e no controle interno informações sobre a localização do item no arquivo. No caso arquivo de Olavo Bilac, por exemplo, na série iconografia temos fotos que estão localizadas em pastas suspensas, outras na mapoteca devido ao tamanho, também em álbuns fotográficos, esta dispersão dos documentos dentro do arquivo não implica uma desordem, ao contrário na notação dos itens consta a localização física de cada um e do conjunto documental, bem como é possível remeter a este conjunto através da organização intelectual presente no Arranjo.

Veremos na próxima sessão como foi realizada a organização do arquivo de Olavo Bilac, na Academia Brasileira de Letras, discutiremos a respeito das dificuldades e especificidades que a organização deste tipo de acervo apresenta e por fim mostraremos o quadro de arranjo elaborado para o arquivo do acadêmico Olavo Bilac já finalizado, com as devidas legendas para melhor compreensão do leitor.

3.3- O Sistema de Arranjo do Arquivo de Olavo Bilac e a metodologia adotada no Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Como já foi explicitado nas linhas acima, o arquivo dos acadêmicos da Academia Brasileira de Letras é formado por um conjunto documental muito diverso em decorrência da forma de acumulação e dos processos de doação que envolvem a formação destes acervos. Temos casos de arquivos de acadêmicos como Austregésilo de Athayde que possuem fundo e coleção, sendo necessário para sua organização uma reflexão específica sobre as peculiaridades deste caso, há arquivos por outro lado que são resultado da acumulação da própria Academia, como o arquivo de Emílio de Menezes. Já nosso objeto de pesquisa, ou seja, arquivo de Olavo Bilac é formado por uma coleção.

Queremos mostrar com esses três exemplos, que ao analisar o trabalho que é feito pelos arquivistas e estagiários no âmbito do arquivo da Academia Brasileira de Letras não pode ser deixado de lado ou ignorado estes aspectos referentes às especificidades dos seus arquivos elemento tão caro à própria conjuntura do acervo. Em linhas gerais, os arquivistas da Academia adotam as diretrizes da bibliografia arquivística relativas ao sistema de arranjo para arquivos institucionais, uma vez que os trabalhos que se debruçam sobre as questões referentes aos arquivos pessoais são muito pontuais e não dão conta das singularidades presentes em cada arquivo desta natureza. De certa forma, isto permite uma maior autonomia na criação da metodologia utilizada pelo arquivo e seus profissionais, por outro apresenta-se como um

problema na medida em que as decisões ficam a cargo da subjetividade e das negociações realizadas dentro das rotinas administrativas de cada Arquivo Privado¹⁰ responsável pela custódia de arquivos pessoais.

Não estamos querendo com isso defender a criação e aplicação de manuais para o trabalho em arquivos pessoais, defendemos que as reflexões de cunho teórico e prático são essenciais para o desenvolvimento qualitativo do campo arquivístico e indispensável para orientação do fazer prático do profissional arquivista e, porque não, de outros profissionais como historiadores que muitas vezes estão à frente destes Arquivos.

Romper com essa ideia saudosista e monopolista do conhecimento arquivístico restrito a profissionais da área é necessário, assim como ampliar os debates que se propõe interdisciplinares, mas que na verdade tem servido para acirrar as diferenças. Entendemos que as discussões devem ir além dos limites do debate a respeito de documentos e instituições, para perceber os desafios que surgem desde a década de 70 com a valorização dos arquivos pessoais e agora com o ambiente digital que mudam os paradigmas da área.

Nossa contribuição se dá exatamente na possibilidade de escrever e refletir sobre a prática arquivística em arquivo pessoal, pensando sobre as especificidades que estes conjuntos documentais apresentam quanto à forma, tipos documentais, espécies e na própria tentativa de mantê-los fiéis aos seus produtores, dentro dos limites que são impostos pelo acervo. Assim, ao observar a organização documental e o arranjo elaborado no arquivo de Olavo Bilac, conseguiremos compreender quais são os cuidados metodológicos que devem ser adotados e os níveis de subjetividade que estão implícitos e explícitos em cada decisão tomada no que tange a disposição destes documentos.

Nesse sentido, o arranjo estabelece o controle físico e intelectual dos documentos. As adversidades possíveis no contexto interno dos arquivos pessoais deixam o seu trato mais delicado, e, ao arquivista, cabe observá-lo e entendê-lo a fim de aplicar a forma de organização mais adequada e representativa do produtor e do fundo. (MACÊDO; OLIVEIRA,2018,p.16)

Este processo foi observado quando da organização do arquivo de Olavo Bilac, isto porque, a organização que tinha sido proposta *a priori* era a de separação dos documentos por espécie. Isto acabou gerando alguns problemas, na medida em que a série correspondência, por exemplo, foi subdividida em três grupos, ou seja, autógrafas, recebidas e de terceiros. O problema está no fato de que optou-se por fazer o ordenamento das correspondências por ordem

¹⁰ Compreendemos como Arquivos Privados, neste caso, setores de arquivos de caráter não governamental e que por este motivo possuem maior autonomia na tomada de decisão relativas ao acervo sob sua custódia.

cronológica com isso um grupo documental referente a cartas enviadas por Bilac para sua noiva Amélia ficaram diluídas no dossiê correspondência autógrafa.

As correspondências recebidas haviam sido organizadas num primeiro momento em ordem alfabética, no entanto, percebemos que o assunto contido nas correspondências era mais adequado para essa separação. Desta forma as correspondências que antes seriam todas organizadas por ordem alfabética foram divididas, adotou-se a ordem cronológica e as cartas que eram de condolência passaram a compor um dossiê com este nome, já as referentes a pedido de sucessão ficaram dispostas na série “documentos institucionais” compondo o dossiê sucessores.

Não apenas as correspondências foram um desafio. Como todos os documentos já haviam sido colocados previamente em ordem, mesmo que sem obedecer critérios tão bem definidos, como pudemos observar no quadro comparativo escrito na página 23. Reorganizar as séries, criar dossiês ou suprimir séries não é tarefa fácil. Muitas vezes acabamos sendo influenciados pela organização anteriormente elaborada. Cabe então ao arquivista conseguir ultrapassar esta barreira através de uma leitura minuciosa dos documentos, ampliando seu conhecimento sobre o acervo documental para conseguir estabelecer outro padrão de organização através de critérios desenvolvidos de acordo com as reflexões oriundas desse processo.

Outro exemplo desta dificuldade diz respeito a documentos que a princípio não são fáceis de serem postos em determinadas séries, como placas de bronze, cartão de visita, ticket de viagem. Mesmo diante desta dificuldade, é importante e essencial que se tente ao máximo identificar e respeitar o lugar destes documentos em relação a sua produção e a atividade geradora deste documento. Esta situação é emblemática e tem como resultado as famosas séries “documentos diversos”, uma estratégia de arquivista para dar conta dos documentos que num primeiro momento não apresentam possibilidade de inclusão em séries já existentes.

Se por um lado pode ser pensado como uma estratégia para lidar com o desafio de organização dos documentos, por outro pode acabar se tornando válvula de escape e em alguns casos gerar comodismo. O esforço deve ser feito no sentido de conseguir enquadrar todos os documentos em séries bem definidas, em último caso recorrer ao trunfo dos “documentos diversos”, foi o que fizemos no arquivo de Olavo Bilac, a “série documentos diversos” foi suprimida do acervo.

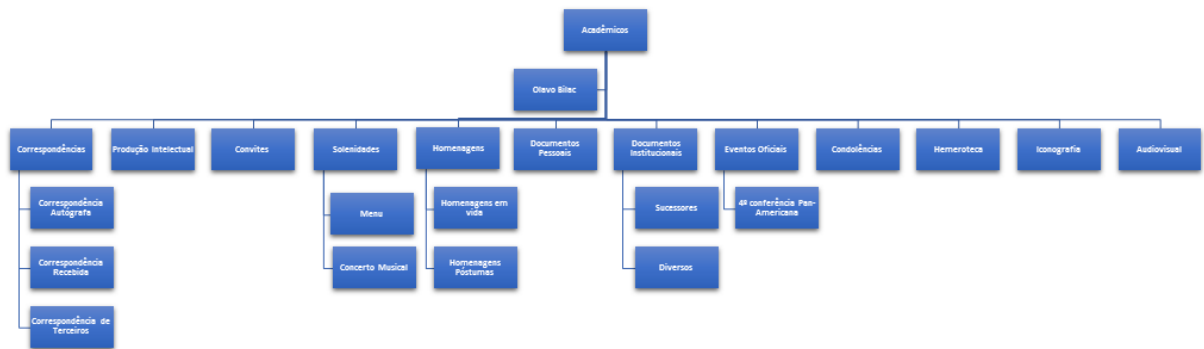
Para atender a este objetivo seguimos as orientações apresentadas por Schelleberg (2004) e por Bellotto (2007) para elaboração de arranjo em coleções. São elas:

1. Como regra geral, cada coleção deve ser reunida como uma unidade separada e integral, da mesma maneira que um grupo de arquivo originário de uma fonte específica é conservado como uma unidade integral;

2. Se, no mesmo repositório, tanto se encontram *coleções de documentos privados* como *arquivos públicos*, os dois tipos de materiais devem ser guardados em depósitos separados ou ao menos em partes separadas do depósito;
3. *As coleções devem ser separadas por classes, somente se houver áreas disponíveis para cada classe;*
4. *As coleções devem ser normalmente colocadas nos depósitos na ordem em que são recolhidos.* (SCHELLEMBERG, 2004,p.275-276)

No caso das massas documentais acumuladas, o arranjo deve se basear na classificação correta, mesmo que não se tenha conhecimento imediato das atividades e funções que originaram os documentos e seja necessário pesquisa-las para se atingir a indispensável organicidade. (BELLOTTO, 2007, p. 136)

Assim, a organização do acervo de Olavo Bilac seguiu os critérios arquivísticos e também a metodologia utilizada pelo arquivo da Academia Brasileira de Letras o que possibilitou que este processo de organização do acervo pudesse ser feito de maneira flexível e sem a obrigação de seguir um modelo engessado. O que significa que na medida em que as etapas foram sendo avançadas, quando necessário eram realizadas mudanças nas estruturas anteriores até que fosse possível chegar ao resultado final, como podemos observar na estrutura hierárquica formulada.



(Quadro de Arranjo do arquivo acadêmico de Olavo Bilac)

Como não possuíamos um software específico para criação deste tipo de estrutura hierárquica que nos permitisse fazer uma separação visual do que é série ou dossiê colocaremos uma explicação para ilustrar melhor o modo como ficou organizado nosso acervo. Assim podemos ver que temos a série correspondência dividida em três dossiês denominados correspondência autógrafa, correspondência recebida e correspondência de terceiros; dossiê produção intelectual que é composto por manuscritos do autor; dossiê convites; série solenidade dividida em dossiê Menu e dossiê Concerto Musical; série homenagem dividida em dossiê

homenagens em vida e homenagens póstumas; dossiê documentos pessoais; série documentos institucionais composta pelos dossiês sucessores e diversos; série eventos oficiais com o dossiê 4º Conferência Pan-Americana; dossiê condolências; dossiê hemeroteca; dossiê iconografia e dossiê audiovisual.

Como podemos observar no quadro acima, a organização proposta buscou se adequar ao máximo as características do acervo e de acordo com as possibilidades encontradas no conjunto documental. Percebemos que olhando para o arranjo não é possível identificar quais as atividades e funções que foram exercidas pelo acadêmico. Isto se dá ao fato de os documentos não possuírem, necessariamente, uma relação funcional entre eles. No caso das correspondências, a escolha pela organização em ordem cronológica, como já foi dito, acarretou na diluição de um conjunto de correspondência enviada à sua noiva Amélia Oliveira. Além disso, ocasionou também a impossibilidade de combinar as correspondências de cunho institucional.

No caso do arquivo de Olavo Bila, temos outra questão que define essa dificuldade de elaboração do Arranjo, por se tratar de uma coleção os documentos foram acumulados sem que houvesse uma intencionalidade do autor. Ou seja, eles refletem muito mais os interesses da Academia no sentido de produzir um acervo documental sobre o literato, do que a subjetividade de Bilac em selecionar os itens que gostaria de guardar. Sendo assim por mais que através dos itens acumulados possamos desenvolver pesquisas e tentar remontar à vida do mesmo, esta tentativa é “frustrada.”

Uma questão que deve ser observada também diz respeito à dispersão dos fundos em arquivos pessoais, no caso de Olavo Bilac, há documentos iconográficos do autor no Arquivo Público Mineiro, por exemplo, isto implica diretamente na forma como esses documentos serão organizados e compreendidos dentro dos Arquivos.

A dispersão de fundos de arquivos pessoais talvez não possa ser evitada de todo. Além das questões de política de arquivos e das próprias questões institucionais, a existência da dispersão de fundos está relacionada às escolhas da família que doa, ou do doador, assim como pode ser a expressão da própria “fragmentação” da vida do titular. Isto é, múltiplas funções sociais, profissionais, diversos casamentos. No momento do falecimento do titular e do recolhimento de sua documentação, parte pode ser entregue a uma instituição, parte pode nunca ser entregue, e parte pode ser doada a outra instituição. (PIRES; MELO, 2016,p.101)

No que diz respeito tanto à dispersão dos fundos quanto a dificuldade de ver espelhada no arranjo as função/atividades exercidas por Bilac, os instrumentos de pesquisas disponíveis no Arquivo da Academia Brasileira de Letras e o inventário encontrado online no site da instituição ajudam o pesquisador a ter uma ideia de quais documentos são possíveis de serem encontrados

no acervo sobre guarda da instituição e a existência de documentos em outros Arquivos. Além disso, a descrição item a item também é outro fator facilitador nas pesquisas, uma vez que permite uma visão mais completa acerca dos documentos que fazem parte do acervo.

Assim, foi possível através das explicações expostas ao longo do texto, da análise sobre as especificidades encontradas nos arquivos pessoais, sobretudo, no arquivo dos acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, compreender que este tipo de acervo documental demanda uma atenção muito maior do arquivista, devendo ser realizado por profissional qualificado, atendendo às orientações e normativas da área mesmo quando estas não dão conta de casos tão singulares como o arquivo de Olavo Bilac. Acreditamos nesse sentido, que mesmo que o arranjo elaborado não tenha seguido literalmente as orientações presentes na bibliografia, isto não compromete o resultado final. Sem dúvida, estas escolhas foram subjetivas e resultado das reflexões realizadas em conjunto com a equipe do arquivo da Academia Brasileira de Letras, caso fosse organizado por outros profissionais em outra instituição certamente possuiria uma organização diferente seguindo as estratégias metodológicas por eles definidos.

Portanto, nosso objetivo ao longo deste trabalho foi desenvolver uma discussão bibliográfica e promover um exercício de reflexão que nos ajudasse a compreender o estado da arte no que se refere aos arquivos pessoais, bem como apresentar um caso prático de tratamento deste tipo de acervo. Desta forma, foi possível demonstrar as especificidades presentes no contexto do Arquivo da Academia Brasileira de Letras e seus acervos documentais. Com isso fica mais fácil para o leitor externo e profissionais que até então não conheciam o funcionamento da Casa, ainda que não concordem, compreender um pouco mais as rotinas que envolvem a organização dos arquivos dos acadêmicos, as metodologias e diretrizes por eles elaboradas e adotadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho teve como objetivo, através das discussões desenvolvidas ao longo dos capítulos, contribuir para a bibliografia arquivística no que tange as questões relacionadas aos arquivos pessoais, especificamente, a elaboração de arranjo neste tipo de acervo. Para tanto, buscamos fazer uma análise e estudo de caso, onde minha experiência enquanto estagiária do Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras, na organização e elaboração do arranjo do arquivo de Olavo Bilac foi apresentado como objeto de pesquisa e reflexão.

Como dito nos capítulos anteriores o trabalho em arquivos pessoais não é tarefa fácil, exige que o arquivista ou o profissional que está diante deste desafio esteja preparado para lidar com os dilemas e as dificuldades que são encontradas durante este processo. Nesse sentido, é importante buscar referências na área, mas também beber em outras disciplinas, no sentido de aprofundar nosso conhecimento sobre as especificidades que recobrem os arquivos pessoais, principalmente, podendo a partir destas reflexões desenvolver um trabalho de organização nos arquivos pessoais que esteja de acordo com os parâmetros e normas arquivísticas e que também leve em consideração as necessidades especiais de tratamento que este tipo de acervo demanda.

Ao tratar de arquivos pessoais, estamos lidando com conjuntos documentais que tem origens diversas, podem ser resultado direto da acumulação do produtor, ou seja, o indivíduo ao qual os documentos se referem, ou resultam da acumulação intencional da família, terceiros ou instituição de custódia. Estas características comuns que assemelham os arquivos pessoais devem ser observadas no momento em que decidimos propor sua organização, principalmente, porque as decisões que serão tomadas estarão em concordância com as possibilidades apresentadas pelo arquivo e de acordo com as suas especificidades.

Os arquivos de Olavo Bilac, custodiado no Arquivo Múcio Leão, como podemos observar no primeiro capítulo, foi formado por interesse da Academia em preservar a memória de seus acadêmicos. Para cumprir este objetivo decidiu-se que os acadêmicos vivos e mortos teriam arquivos que espelhariam sua vida e trajetória acadêmica. Sendo assim, o arquivo de Bilac é formado por documentos que foram doados por membros de sua família, terceiros e também pela própria Academia Brasileira de Letras, com isto observamos uma variedade de espécies documentais que foram levadas em consideração na organização do arranjo.

No que se refere às reflexões acerca da elaboração de arranjo em arquivos pessoais, foi possível identificar que este trabalho requer atenção do arquivista, sobretudo, na escolha de quais critérios serão utilizados para a disposição dos documentos nas séries ou dossiês que serão organizados. Nem sempre será possível obedecer à ordem original ou identificar uma relação orgânica entre os documentos, sobretudo, se estes foram acumulados de forma intencional por

terceiros. É importante deixar claro, que a acumulação intencional que caracteriza as coleções não desqualifica o arquivo, mas dá a ele outras características que se diferem dos fundos documentais como foi mostrado ao longo do trabalho.

Sendo assim, ao elaborar um sistema de arranjo para arquivos pessoais, seja ele formado por um fundo documental ou uma coleção, implica em questões de ordem metodológica e prática. Observaremos nestes casos a utilização de critérios e caminhos distintos para a elaboração do arranjo, respeitando os limites e as possibilidades presentes no conjunto documental ao qual estamos lidando. Como foi observado durante a produção do arranjo documental de Olavo Bilac, foram muitos os desafios encontrados ao longo deste processo, desde a escolha por organizá-los por espécie até mesmo a disposição dos documentos e sua ordem dentro das séries e dossiês que foram sendo criados.

Podemos identificar ao longo da nossa pesquisa uma carência na bibliografia da área no que tange a problemas mais práticos relacionados ao tratamento de arquivos pessoais, isto se deve ao tardio reconhecimento de arquivos pessoais como arquivos o que levou a um atraso nas reflexões e pesquisas acadêmicas sobre este tipo de acervo e, conseqüentemente, aos poucos trabalhos teóricos que visam refletir sobre o tema. Este panorama vem se modificando, já é possível encontrar trabalhos específicos voltados para a descrição e arranjo em arquivos pessoais, mas defendemos que é necessário continuar investindo em pesquisas no sentido de construir referências teóricas sólidas e que possam ser utilizadas como parâmetros para futuros trabalhos e reflexões.

Portanto, o que buscamos em nossas análises e reflexões foi perceber através da bibliografia de referência, que temos disponível, como foi e está sendo compreendido o universo dos arquivos pessoais, no sentido de encontrar um caminho metodológico e teórico para lidar com os temas mais específicos como a elaboração do sistema de arranjo. Na falta de trabalhos sobre a elaboração de arranjo em arquivos pessoais, desenvolvemos nossos argumentos a partir da bibliografia referente a arquivos institucionais e adaptando as orientações a realidade encontrada no arquivo pessoal. Sendo assim, esperamos que o nosso trabalho contribua para as reflexões não apenas a respeito da compreensão do que são arquivos pessoais, mas como um exemplo de como estes arquivos são complexos e demandam de nós arquivistas conhecimento para organizá-los sem cair no erro de atribuir valores subjetivos e externos ao próprio acervo, respeitando desta forma as características específicas e singulares que definem e integram os arquivos pessoais.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Metodologia Arquivística do Arquivo dos Acadêmicos. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. *Arquivo dos Acadêmicos*. Guia Geral. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Estatutos e regimento interno*. Rio de Janeiro: ABL, 1897.
- _____. *Estatutos e regimento interno*. Rio de Janeiro: ABL, 2004.
- ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de Arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. in: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n.21,p.9-34,1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook*.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, AAB, V. 7, nº 2. Jul. /Dez. 2008.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Arquivos Pessoais são arquivos*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p.26-39, jul. / dez. 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida & GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*- São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2006.
- COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Archival Science*, v.2, n.1-2, p.1-19, 2002.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*.vol,11, n.21, p.129-149, 1998.
- ESTUTOS HISTÓRICOS. Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 11, nº 21, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. Arquivos pessoais, desafios e encantos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 22-25, 2009.

GONÇALVES, Martina Spohr. *De procedimentos a metodologia: políticas de arranjo e descrição nos arquivos privados pessoais do CPDOC*. / Martina Spohr Gonçalves. – 2007.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ FAPERJ, 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. O Indivíduo Fora do Lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p.40-57, jul. / dez. 2009.

HEYMAN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, p. (ver), 1997.

NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras: notas e documentos a sua história (1896-1940)*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1940.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. *A Memória dos Imortais no Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. 2009. 111f. Dissertação (Dissertação em História)- FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, 2009.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: Verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 11, n. 21, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A arquivística e os arquivos pessoais de cientistas*. 2007.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

SANTOS, Paulo R. Elian dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: Maria Celina Soares de Mello e Silva; Paulo Roberto Elian dos Santos. (Org.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2012, v., p. 21-50.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SOUZA, E.M.; MIRANDA, W.M.(Org). *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

SOUZA, Juliana Amorim de. *Roquette-Pinto Imortal: Constituição, tratamento e usos do Arquivo Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras*. 2015. 123f Dissertação (Dissertação em História)- FVG/CPDOC, Rio de Janeiro, 2015.

SVICERO, Thais Jeronimo. *Os Arquivos Pessoais E Sua Importância Como Patrimônio Documental E Cultural*. Revista História e Cultura, Franca-SP, v.2, n.1, p.221-237, 2013.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. *As Implicações Teóricas Dos Arquivos Pessoais: ELEMENTOS CONCEITUAIS*. Ponto de Acesso, Salvador, V.5, n.1, p. 66-84, abr. 2011.

VENANCIO, Ana Teresa A. *As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. nO 36, julho-dezembro de 2005, p. 59-73.